

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – SEGURANÇA E
DEFESA
2013/2014



DISSERTAÇÃO

**O REGIMENTO DE INFANTARIA 14 NAS CAMPANHAS DO SUL
DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O REGIMENTO DE INFANTARIA 14 NAS CAMPANHAS
DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL**

Major de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

Dissertação do Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa

Pedrouços 2014



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O REGIMENTO DE INFANTARIA 14 NAS CAMPANHAS DO SUL DE ANGOLA DA I GUERRA MUNDIAL

Major de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges

Dissertação do Mestrado em Ciências Militares – Segurança e Defesa

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Luís Fernando Machado Barroso

Pedrouços 2014



Agradecimentos

Um bem-haja a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração desta investigação.

Ao Tenente-Coronel Luís Machado Barroso pela forma franca e aberta com que orientou este trabalho, permitindo liberdade de ação e contribuindo com a sua experiência e capacidade pedagógica e científica para esta versão final que se apresenta. Mostrou permanente disponibilidade e confiança, sem as quais não seria possível entregar esta dissertação em tempo útil.

Ao Coronel João Pedro Boga Ribeiro, Diretor do Mestrado e meu antigo comandante na Escola Prática de Infantaria, pelo constante acompanhamento e apoio prestado, nomeadamente no contato com o Arquivo Histórico Militar, sem o qual este trabalho não seria possível.

Ao Major-General Rui Moura, meu antigo comandante no Regimento de Infantaria Nº 14 e entusiasta da História Militar, pela amabilidade em discutir a temática em apreço, me apontar no rumo certo no início da investigação e incentivo para realização da mesma.

Ao Dr. João Tavares, que orientou a pesquisa no início da investigação, e toda a sua equipa do Arquivo Histórico Militar, pela sempre disponibilidade e simpatia demonstradas nas longas horas passadas na Sala de Leitura.

Aos camaradas da Área de Ensino do Exército do Instituto de Estudos Superiores Militares pela camaradagem, bom ambiente de trabalho e apoio.

Por fim, umas palavras especiais aos meus entes mais queridos. À minha família pelo constante suporte, em especial à minha mulher Catarina pela sua compreensão, revisão do texto e apoio permanente e ao meu filho Pedro que me inspira para ser sempre melhor.

A todos os *Viriatos*, de hoje e de sempre, aos quais dedico este trabalho.



Índice

Introdução	1
1. Estado da Arte	6
a. Regimento de Infantaria N° 14	6
b. Campanhas do Sul de Angola da I GM	8
2. Procedimento Metodológico	19
a. Modelo de Análise	19
(1) Doutrina	20
(2) Organização	20
(3) Treino	21
(4) Material	21
(5) Liderança	21
(6) Pessoal	21
(7) Infraestruturas	22
b. Análise das Fontes	22
3. Análise	24
a. Doutrina	24
b. Organização	25
c. Treino	26
d. Material	28
e. Liderança	32
(1) Estrutura de comando do Batalhão	32
(2) Comandante de Batalhão	34
(3) Comandantes de Companhia	36
(4) Ação dos oficiais em combate	39
f. Pessoal	43
g. Infraestruturas	45
Conclusões	47
Bibliografia	59



Índice de Figuras

Figura nº 1 – Mapa de África em 1914	2
Figura nº 2 – O Batalhão de Infantaria 14 na estação de Santa Apolónia, Lisboa	11
Figura nº 3 – Desembarque em Moçâmedes	12
Figura nº 4 – Mapa de África em 1914	13
Figura nº 5 – Posições de combate em Naulila	15
Figura nº 6 – Modelo DOTMLPF	20
Figura nº 7 – Organização do 3º Batalhão Expedicionário	25
Figura nº 8 – Os 21 oficiais do 3º Batalhão do RI 14.....	33
Figura nº 9 – Bilhete Postal do Capitão Homem Ribeiro datado de 16/10/1914	37

Índice de Tabelas

Tabela nº 1 – Resumo dos autos de abate das companhias do Batalhão do RI 14.....	32
---	----



Resumo

O presente trabalho de investigação pretende caracterizar a participação do 3.º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria 14, que participou nas Campanhas do Sul de Angola da I Guerra Mundial, em 1914 e 1915. Esta participação enquadra-se no envolvimento de Portugal no conflito, em três teatros de operações terrestres distintos: Angola, Moçambique e França.

Em particular, a colónia de Angola estava ameaçada a Sul pelos colonos bóeres e alemães que tentavam revoltar as populações locais contra o domínio português e por forças militares junto à fronteira. Neste cenário, debaixo do comando do Tenente Coronel Alves Roçadas é formada uma expedição, com destino ao Sul de Angola, constituída por subunidades de combate de Infantaria, Metralhadoras, Artilharia de Montanha e Cavalaria.

Começamos por apresentar o estado da arte, abordando as obras que foram escritas sobre a história do RI 14, bem como sobre as suas campanhas. O RI 14 criado em 1806, fruto da reorganização do Exército Português de então, veio, em 1914, a mobilizar o 3.º Batalhão Expedicionário, unidade estudada, e que integrou a expedição comandada inicialmente por Alves Roçadas. Segue-se o procedimento metodológico, definindo o modelo de análise, passando à apresentação da análise da campanha de *per se*.

Como síntese, conclui-se do estudo, que o Batalhão partiu para África sem qualquer doutrina enquadrante, que definisse o seu emprego, tipologia de operações a executar e como se proceder à preparação para o terreno e inimigo que se iria encontrar. A organização do Batalhão era a normal na época e não teve influência negativa direta nos empenhamentos táticos e desfecho da campanha. O Batalhão praticamente não se preparou para a missão, que resultou no fraco entrosamento e grande heterogeneidade dos militares, tornado evidente no desempenho em combate demonstrado em Naulila. Inicialmente não se verificaram limitações de material mas, a partir de finais de dezembro de 1914, toda a ação foi fortemente influenciada pelas grandes dificuldades de material. A liderança superior do Batalhão consistia em oficiais veteranos das campanhas africanas em Angola, Moçambique e em comandantes de pelotão, com apenas duas exceções, que exerceram a sua ação de comando de forma eficaz e reconhecida. Não preparados para operar na dureza do clima africano, a participação do Batalhão foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades. As condições de vida dos militares eram precárias e a diminuta organização do terreno teve grandes implicações no desenrolar da campanha.



Abstract

This research paper aims to characterize the employment of the 3rd Expeditionary Battalion of the 14th Infantry Regiment that participated in the campaigns of southern Angola in World War I, in 1914 and 1915. The Portuguese contribution in the three Theatres of War, Flanders, Angola and Mozambique, frames this expedition.

Angola was threatened in its southern border by the Boers colons, as well as by the Germans, who were uprising the indigenous population against the Portuguese rule. The regular German forces in the region also presented a serious challenge. In this scenario, under the command of Lieutenant Colonel Alves Roçadas, an expeditionary force is mobilized, composed of Infantry, Machine-guns, Mountain Artillery and Cavalry units.

The paper starts presenting the state of the art, addressing the different studies published about the 14th Infantry Regiment history, as well as about its campaigns. The Regiment, founded in 1806, product of the undergoing army's reorganization, mobilized, in 1914, the 3rd Battalion Expeditionary. This Battalion joined the expedition initially commanded by Lieutenant Colonel Alves Roçadas. It follows the methodological procedure, defining the analysis model, followed by the presentation of the campaign analysis.

As a summary, the study concludes that the Battalion left for Africa without any framing doctrine, to define their employment, type of operations to be performed and how to prepare for the terrain and enemy encountered. The organization of the Battalion was normal at the time and had no negative influence on tactical commitments and outcome of the campaign. The Battalion hardly prepared for the mission, which resulted in poor rapport and great heterogeneity of the force, become evident in the combat performance demonstrated in Naulila. Initially there were no limitations of material but from the end of December 1914, all the action was strongly influenced by the great difficulty of material. The top leadership of the Battalion consisted of veteran officers of the African campaigns in Angola and Mozambique. The platoon leaders, with only two exceptions, exercised their command action effectively. Not prepared to operate in the hardness of African climate, the Battalion was marked by heavy casualties and great difficulties. Living conditions were harsh and the poor terrain preparation had major implications in the conduct of the campaign.



Palavras-Chave

I Guerra Mundial, Campanhas do Sul de Angola, Cunene, Major Alberto Salgado, Naulila, Regimento de Infantaria Nº 14.

Key words

First World War, South of Angola Campaigns, Major Alberto Salgado, Naulila, Infantry Regiment No. 14.



Lista de abreviaturas

I GM	I Guerra Mundial
AHM	Arquivo Histórico Militar
ArqGEx	Arquivo Geral do Exército
BE	Biblioteca do Exército
DOTMLPF	Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal e Infraestruturas
EM	Estado-Maior
OE	Ordem do Exército
OS	Ordem de Serviço
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RI 14	Regimento de Infantaria N° 14
TCor	Tenente-Coronel



«Entender a frente angolana também é procurar entender os fatores de conflitualidade antes e depois da Grande Guerra, porque só assim entenderemos os verdadeiros motivos dos vários combates [...]. Vale de facto a pena estudar e analisar Angola na Grande Guerra!»

(Pires, 2013, p. 5)

Introdução

Após a frequência do Curso de Estado-Maior no Instituto de Estudos Superiores Militares e com a possibilidade de continuar estudos para obtenção do grau de Mestre, houve a oportunidade de escolher um novo tema para investigação ou dar continuidade a estudos anteriores. Surgiu, assim, o ensejo me lançar num novo desafio, decidindo enveredar por uma paixão antiga, a História Militar, a qual não assenta numa formação de base específica ou anteriores trabalhos desta natureza.

Aproveitando o centenário da I Guerra Mundial (I GM), sendo natural de Viseu e tendo servido nesta cidade, pareceu-me lógico e natural estudar este conflito onde militares do «meu Regimento», o Regimento de Infantaria Nº14 (RI 14), participaram em Angola, Moçambique e Flandres. Este relatório da investigação realizada apresenta uma visão de soldados sobre a ação de soldados, nomeadamente os do RI 14 nas Campanhas do Sul de Angola da I GM.

Portugal combateu na I GM em três teatros de operações terrestres: Angola, Moçambique e França. No entanto, apesar do elevado número de baixas das campanhas africanas, o assunto é marginalmente estudado pelos historiadores. A maioria dos autores nacionais e estrangeiros da atualidade tem-se dedicado ao estudo das campanhas europeias centrando-se, no caso Português, na participação do Corpo Expedicionário na Campanha da Flandres.

Na sequência do eclodir da I GM tornou-se iminente o confronto com as forças alemãs nos dois maiores territórios ultramarinos, Angola e Moçambique, devido às fronteiras comuns com a Damaralândia (atual Namíbia) e Leste Africana (atual Tanzânia), respetivamente (Figura nº 1). O governo de Bernardino Machado decidiu preventivamente reforçar as guarnições destas colónias nacionais com dois Corpos Expedicionários.

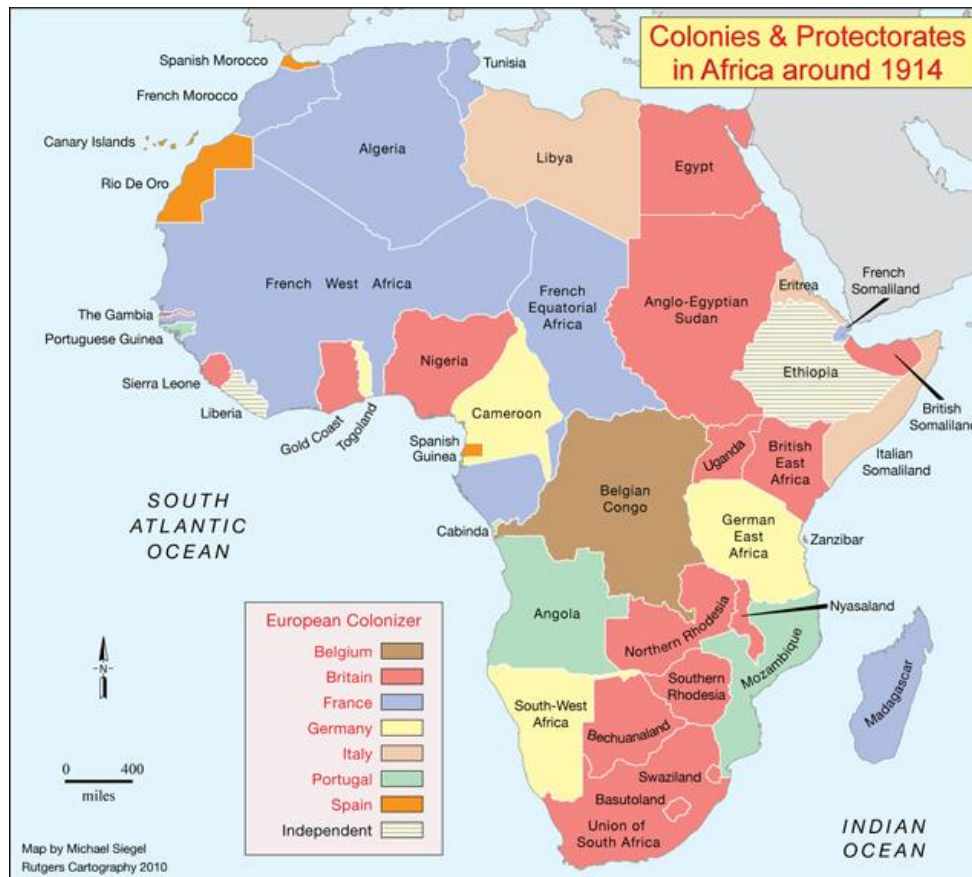


Figura nº 1 – Mapa de África em 1914

Fonte: (Africana Age, 2011)

A colónia de Angola estava ameaçada no Sul pelos colonos bóeres e alemães que tentavam revoltar as populações locais contra o domínio português e por forças militares junto à fronteira (Pires, 2013, p. 3). Em agosto de 1914, a guarnição militar da região era constituída por apenas duas baterias de artilharia de montanha, um esquadrão de dragões, uma companhia de infantaria e quatro companhias (14.^a, 15.^a, 16.^a e 17.^a) indígenas de infantaria. Cada bateria de artilharia era composta por 40 praças, o esquadrão de dragões não ultrapassava os 80 cavalos, a companhia de infantaria europeia poderia dispor de 120 praças e as companhias indígenas eram compostas por 12 soldados europeus e 140 indígenas (Varão, 1934, pp. 12-13).

Debaixo do comando do Tenente-Coronel (TCor) Alves Roçadas é formada uma expedição, com destino ao Sul de Angola, constituída por subunidades de combate de infantaria, metralhadoras, artilharia de montanha e cavalaria. O 3.º Batalhão de Infantaria organizado no RI 14 integrou esta expedição.



Dado o seu escalão e tipo, a participação do Batalhão do RI 14 foi significativa nas Campanhas do Sul de Angola, principalmente no ano de 1914, onde se constituíram como o grosso das forças do 1.º Corpo Expedicionário. Esta dissertação pretende ser um contributo sobre a participação portuguesa, em especial dos *Infantes da Beiras, Viriatos*, militares do RI 14, que combateram nas Campanhas do Sul de Angola, entre finais de 1914 e meados de 1915. Pretende honrar a sua prestação indelével para a pátria, as suas privações e agruras no difícil Teatro Africano, no qual muitos pagaram com a própria vida o custo da integridade nacional.

Neste ano de 2014, em que se iniciam as comemorações da evocação do centenário da I GM, a qual se começou a combater nos Teatros Africanos, é premente analisar e trazer a público estas campanhas, decisivas para a soberania de Portugal, pela manutenção das fronteiras de então.

Assim, caracteriza-se, de forma panorâmica e abrangente, a participação do 3.º Batalhão Expedicionário, constituído no RI 14, nas Campanhas do Sul de Angola em 1914/1915.

Delimita-se o estudo ao período das campanhas do Sul de Angola, incluindo a fase de preparação e projeção, que se iniciou no verão de 1914, até à retração à Metrópole no verão de 1915. No que concerne às fontes, delimita-se o estudo à análise de um corpo central de fontes existentes no Arquivo Geral do Exército (ArqGEx), Arquivo Histórico Militar (AHM) e Biblioteca do Exército (BE).

O objetivo da investigação é: Caracterizar a participação do Batalhão do RI14 nas Campanhas do Sul de Angola.

O Batalhão do RI 14 era a maior subunidade da expedição, constituindo-se como o grosso da força. Como um todo ou com as suas companhias, esteve presente em quase todos os empenhamentos com o inimigo e nos momentos mais marcantes da campanha do TCor Alves Roçadas. A problemática que se pretende estudar é: Como é que foi influenciada a participação do Batalhão e qual o seu contributo para o desfecho da campanha?

Como hipótese, em resposta a esta problemática, considera-se que a falta de preparação para o terreno e para o inimigo e as condições ambientais às quais os militares do Batalhão não estavam habituados influenciaram a ação do Batalhão. Dado o seu empenhamento, considera-se que a ação do Batalhão contribuiu significativamente para a campanha.

A análise assenta no questionamento contínuo das fontes, construindo uma narrativa



que procura responder às questões «O quê?», «Como?» e «Porquê?», de forma a realizar um estudo da história panorâmico, cobrindo o máximo de fatores, assente no modelo de análise que aborda as dimensões da Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal e Infraestruturas (DOTMLPF). Visto ser uma investigação no âmbito da história, privilegiou-se a análise documental, com principal incidência em fontes.

Concomitantemente, esta investigação pretende dar contributos no âmbito das comemorações da evocação do centenário da I Guerra Mundial, através da Linha de Investigação do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do IESM (CISDI) subordinada ao tema geral *Análise Política, Estratégica e Militar do envolvimento português na I Guerra Mundial*, onde se integra o Projeto de investigação *Os teatros de operações africanos*.

O trabalho encontra-se dividido em 3 capítulos e conclusões.

O primeiro capítulo apresenta o estado da arte, abordando outras obras escritas sobre a história do RI 14 e sobre as campanhas e qual o seu argumento principal. De seguida, expõe a breve história do Regimento, desde a sua criação, em 1806, fruto da reorganização do Exército Português de então, até 1914, data constituição do 3º Batalhão Expedicionário. Este capítulo termina com a descrição, em traços gerais, da participação do Batalhão nas campanhas, servindo de referência para a análise.

No segundo capítulo é descrito o procedimento metodológico, definindo o modelo de análise, detalhando as várias dimensões que o constituem e analisando as fontes utilizadas na investigação.

A análise de *per se* é apresentada no terceiro capítulo, recorrendo às fontes para caraterizar a participação do Batalhão no que concerne à Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança, Pessoal e Infraestruturas.

Por último, as conclusões, sendo as principais resumidas de seguida.

O Batalhão partiu para África sem qualquer doutrina enquadrante, que definisse o seu emprego, tipologia de operações a executar e como se proceder à preparação para o terreno e inimigo que se iria encontrar. A organização do Batalhão era a normal na época e não teve influência negativa direta nos empenhamentos táticos e desfecho da campanha. O Batalhão praticamente não se preparou para a missão, que resultou no fraco entrosamento e grande heterogeneidade dos militares, tornado evidente no desempenho em combate demonstrado em Naulila. Inicialmente não se verificaram limitações de material mas, a partir de finais de dezembro de 1914, toda a ação foi fortemente influenciada pelas grandes



dificuldades de material. A liderança superior do Batalhão consistia em oficiais veteranos das campanhas africanas em Angola, Moçambique e em comandantes de pelotão, com apenas duas exceções, que exerceram a sua ação de comando de forma eficaz e reconhecida. Não preparados para operar na dureza do clima africano a participação do Batalhão foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades. As condições de vida dos militares eram precárias e a diminuta organização do terreno teve grandes implicações no desenrolar da campanha.



“O Regimento de Infantaria N°14, de Tavira a Viseu, teceu páginas do Portugal que somos, que tanto nos engrandece e cujos feitos se perpetuam na contemporaneidade.”

(O 14 de Infantaria, 2009)

1. Estado da Arte

No âmbito da temática em estudo interessa começar por fazer uma breve revisão do que foi escrito sobre a história do RI 14 e sobre as campanhas do Sul de Angola da I GM.

a. Regimento de Infantaria N° 14

O primeiro livro específico sobre a história do RI 14, *O N°14 na Infantaria Portuguesa*, surge no mesmo ano e a propósito da inauguração das atuais instalações do regimento, em 10 de julho de 1951, pela mão do Capitão António José do Amaral Balula Cid. Este oficial, à época Chefe da Secção Técnica, foi encarregue pelo então comandante do RI 14, Coronel Coelho da Mota, de organizar um ficheiro onde constassem todos os oficiais que tinham passado pelo regimento desde 1842, data da sua organização na cidade de Viseu. O capitão foi mais ambicioso e contou a história do regimento desde 1801, abordando com algum detalhe, em meia dúzia de páginas, as campanhas do Sul de Angola (Cid, 1951, pp. 49-55).

Com este livro, o Capitão Balula Cid ganhou gosto pela investigação e pela escrita, tendo publicado várias obras sobre a história de regimentos e sobre a presença militar em Viseu e região envolvente. Como subsídio para a história militar da Beira Alta, escreveu, em 1957, um livro que aborda a história do regimento integrada com as outras unidades que estiveram localizadas na cidade de Viseu, *Unidades de 1ª Linha de Infantaria que tiveram Quartel na Cidade de Viseu* (Cid, 1957). Nesta obra é replicada a mesma informação do livro anterior no que concerne às campanhas do sul de Angola.

Com o mesmo objetivo de contar a história do regimento, desde a sua criação e, em especial a partir de 1951, período não coberto pelo exemplar referido anteriormente, surge em 2009, sob coordenação do Major General Rui Moura, então Coronel comandante do regimento, o livro *O 14 de Infantaria*. Este livro aborda as campanhas em apreço com a mesma profundidade e detalhe dos livros do Capitão Balula Cid, com uma qualidade gráfica muito melhor e com recurso a mapas e imagens que enriquecem o texto (Moura & Dias, 2009, pp. 55-62).



Para se perceber o contexto do regimento e qual o seu legado e experiência em combate no início das campanhas, aborda-se de forma breve a sua história desde a criação, em 1806, até à sua projeção para Angola, em 1914, com recurso aos livros referidos e outros julgados pertinentes.

A Reforma do Exército Português de 1806 foi, na época, a maior reorganização depois de Conde de Lippe e traduziu-se numa enorme e inovadora reestruturação militar em termos de disposição territorial, uniformes, mas, principalmente, na organização hierárquica das unidades, com o aparecimento das divisões e brigadas, logo na estrutura de tempo de paz, e na designação dos regimentos (Selvagem, 1994, p. 495). Os regimentos deixaram de ser intitulados pelo nome do seu comandante ou localidade onde estavam implantados e passaram a ser numerados. O Exército foi organizado em 24 regimentos de infantaria, numerados de 1 a 24, distribuídos aleatoriamente por três divisões: Norte, Centro e Sul (Centeno, 2008, pp. 79 - 82).

Assim, é criado em Tavira o RI 14 que, pouco tempo depois, combateu na Guerra Peninsular, onde se destacou nas Batalhas do Bussaco, Albuera e Vitória, entre outras. Seguiram-se as lutas entre miguelistas e liberais, nas quais o 14 combateu por D. Miguel e, três anos após o fim da guerra civil, a reestruturação de 1837 extingue os regimentos de infantaria, passando a constituir 30 batalhões de infantaria. Em 1842, um novo plano de reestruturação do Exército volta a instituir os regimentos e o Batalhão de Infantaria Nº 24, aquartelado em Viseu, passa a designar-se RI 14, localizado nesta mesma cidade (Cid, 1951, pp. 7-33).

Durante as lutas partidárias o regimento foi fiel a D. Maria II e, após a implantação da república, em 1910, o regimento manteve-se ao lado dos republicanos (Moura & Dias, 2009).

No período de 1852 a 1911, o Exército Português foi sujeito a várias reorganizações, mudando os quantitativos dos regimentos de infantaria e, conseqüentemente, as suas designações (número) e localizações (Cid, 1951). No entanto, o RI 14 preservou a designação e localização até à atualidade.



b. Campanhas do Sul de Angola da I GM

Com exceção de alguns livros publicados pelos intervenientes, após 1918 e até meados do século XX, de «uma exuberância que só pode ser desejo de justificar a derrota que os Alemães infligiram às tropas portuguesas» (Pélissier, 2003, p. 232), as Campanhas do Sul de Angola e Norte de Moçambique foram menos estudadas e têm sido pouco afloradas nas obras contemporâneas de história militar. De seguida, apresentaremos as obras consideradas relevantes que abordam a Campanha no Sul de Angola.

O Relatório das Operações no Sul de Angola em 1914, disponível para consulta em versão original no AHM¹ e publicado em livro em 1919, é uma fonte incontornável para quem estuda estas campanhas, sendo uma referência para quase todas as obras sobre esta temática. Este é um relato oficial produzido pelo comandante das forças em operações, bastante detalhado e que aborda toda a campanha, no entanto, «não com aquela forma austera e seca [...] que os regulamentos determinam» mas que pretende ser «uma narrativa [...] emoldurada numa sucessão de factos que [...] constituem o mais belo testemunho do que tem sido a obra nacional deste paiz» (*sic*) (1919). A sua leitura pode ser complementada pelo *Esclarecimento do Coronel Alves Roçadas sobre o seu Relatório das Operações no Sul de Angola em 1914*², de 21 de fevereiro de 1915, onde reforça e justifica algumas das suas declarações. Trata-se duma narrativa onde se nota o orgulho e paixão do autor, tendo sido o documento oficial que o comandante do corpo expedicionário entregou a quem o enviou. O seu detalhe, em termos da descrição da operação, permite retirar dados fidedignos relativamente ao empenhamento do Batalhão do RI 14 durante as operações.

O livro de 2011, *O Sul de Angola no início do século XX*, revela-se uma fonte de real importância para esta investigação porque consiste na publicação dos cadernos de guerra do Major Alberto Salgado. Abordam dois períodos em que esteve em campanhas em Angola na região do Cunene: a primeira, como capitão em 1904-05; e a segunda, em 1914-15, como major comandante de Batalhão, inicialmente do RI 14 e, posteriormente, do RI 18 (2011). Estes cadernos, redigidos durante as campanhas, demonstram a vivência do autor e, não tendo sido escritos com o intuito de serem publicados, mostram agruras, dificuldades e dúvidas, mas também as certezas e esperanças que acompanharam o oficial durante o seu tempo de serviço. Permitem ter uma visão do quotidiano da unidade e da tipologia de missões que lhes eram solicitadas.

¹ AHM 2/2/041/011

² AHM 2/2/044/001



O Tenente Ernesto Moreira dos Santos, que durante as campanhas era o soldado nº 359 do 2º Pelotão da 9ª Companhia do RI 14, publica em 1957 o livro *Cobiça de Angola, Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos*, que é um registo de memórias sobre a sua vivência dos acontecimentos. Este livro apresenta a perspetiva de um soldado que, apesar de se ter tornado oficial, apresenta uma visão das bases que as outras obras sobre esta temática, escritos por oficiais, não o fazem. Relata as agruras das longas marchas e de operar num território inóspito e com um clima ao qual as tropas portuguesas não estavam habituadas. O soldado, que conta ter adoecido por duas vezes, tomou parte no combate de Naulila, participando na defesa do posto e relata, na primeira pessoa, o desenrolar dos acontecimentos, podendo atestar a ação do seu comandante de pelotão, Tenente Marques, tendo ambos sido capturados pelos alemães. O livro aborda o período em que foi prisioneiro, que o autor também descreve com algum pormenor e termina com o regresso à Metrópole (1957). Trata-se duma fonte que relata uma parte da campanha na primeira pessoa, escrito *a posteriori* dos acontecimentos, numa fase tardia da vida do autor. Não pretendendo ser um relato heroico da sua ação, permite-nos extrapolar e retirar ideias de como era a vivência dos restantes soldados do Batalhão.

O livro do General Ernesto Machado, Tenente e Sub-Chefe de EM das Forças em Operações no Sul de Angola, *No Sul de Angola*, de 1956, é um relato extensivo das campanhas de quem tinha acesso a toda correspondência que era trocada para as subunidades (1956). A publicação data de 1956, ano em que muitas das fontes existentes no AHM e consultadas nesta investigação, foram oferecidas ao AHM pelo autor. Este relato, baseado na experiência e visão do escritor, tenta ser uma descrição desapassionada, baseada na documentação, por parte de quem viveu a campanha como elemento do comando do corpo expedicionário.

O Major António Fernandes Varão, capitão-mor do Cuamato durante as campanhas, em 1934, publicou o livro *Investidas Alemãs ao Sul de Angola*, que traça um retrato dos acontecimentos relacionados com as campanhas no Sul de Angola, desde a caracterização da área de operações, sequência dos empenhamentos com as forças alemãs, reconquista dos territórios perdidos, e até à sentença arbitral entre Portugal e Alemanha. O autor pretendeu que fosse uma narrativa que «revela manchas, mas que também foca heroísmos e ilumina virtudes» (1934). Tem como mais-valia ser um relato de quem vivenciou os acontecimentos, ocupando um cargo de responsabilidade e a riqueza de apresentar várias declarações retiradas de jornais da época, alguns alemães, como a descrição do combate de Naulila do



Dr. Wagner, a veteranos portugueses, como as declarações dos Tenentes Marques e Aragão, prisioneiros na sequência dos combates de 18 de dezembro de 1914.

Sobre a campanha existem também publicações que, não sendo fontes, são estudos detalhados que muito contribuem para um entendimento global da campanha. Em 1922, o Capitão Augusto Casimiro publica *Naulila* que, exceção feita ao relatório do TCor Alves Roçadas, foi o primeiro relato pormenorizado publicado sobre o combate de Naulila, bem como acontecimentos que o antecederam e sucederam. Desde a sua edição, este livro é citado em praticamente todas as obras desta temática e refere, na sua descrição, as forças do RI 14 nos momentos em que tiveram ação (1922). Na mesma linha, o General Santos Correia no seu livro *Ngiva, Campanha do Sul de Angola de 1915, Seus antecedentes- Naulila*, de 1943, também aborda o período de permanência do Batalhão do RI 14 em Angola, focando-se mais na 2.^a Expedição comandada pelo General Pereira D'Eça (1943).

Não sendo específicos das campanhas em Angola de 1914/1915 mas abrangendo os quatro anos da I GM nas duas províncias africanas, há ainda dois livros a referir, espaçados de quase 80 anos: O livro do General Gomes da Costa, de 1925, *A Guerra nas Colónias*, que sumariza as campanhas que os portugueses fizeram de 1914 a 1918, nas duas costas africanas, dedicando 14 páginas à expedição do TCor Alves Roçadas (1925, pp. 51-65); O livro de Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*, de 2004, que contraria a tendência generalizada atual de focar a investigação na participação portuguesa na Flandres, aparecendo como «uma lufada de ar fresco» no que concerne aos estudos contemporâneos das campanhas africanas. Apesar de dedicar apenas oito páginas às duas expedições a Angola, faz um retrato da participação portuguesa nestes territórios, explicando o contexto em que estas se enquadram, e dos aspetos relacionados com o quotidiano dos soldados (2004, pp. 136-143).

As obras referidas apresentam as campanhas no Sul de Angola de 1914/15, com graus de profundidade diferentes e abordando com maior ou menor detalhe a ação do Batalhão do RI 14, contudo não se focam apenas na ação do mesmo e não analisam de forma sistematizada a sua participação, pelo que a presente investigação pretende apresentar contributos para o conhecimento nesse sentido.

De seguida, com base nos livros indicados, nas fontes recolhidas no AHM e no ArqGEx, e restante bibliografia, traçaremos uma descrição geral da participação do Batalhão nas campanhas, para servir de base à posterior análise das várias dimensões em estudo.



Em 19 de agosto de 1914, foi difundido convite a quem quisesse voluntariamente servir no Batalhão de Infantaria organizado no RI 14, que integrou o Corpo Expedicionário destinado a Angola. Dois dias depois começou a constituir-se o 3º Batalhão Expedicionário à custa de militares de quase todos os Regimentos de Infantaria e, em fins de agosto, o Batalhão comandado pelo Major Alberto Salgado estava completamente organizado em quatro companhias. A 9.ª Companhia era comandada pelo Capitão Artur Homem Ribeiro, a 10.ª pelo Capitão José da Fonseca Lebre, a 11.ª pelo Capitão António Lopes Mateus e a 12.ª pelo Capitão Aristides Rafael da Cunha (Moura & Dias, 2009).

A 2 de setembro, a Secção de Quarteis rumo a Lisboa e, a 8 e 9 do mesmo mês, partem as companhias em comboios especiais (Figura nº 2) (Cid, 1951). No dia 11 de setembro, após desfile «rio abaixo», aclamado pela população de Lisboa, todo o Corpo Expedicionário embarca no Cais de Santa Apolónia, a bordo do vapor *Moçambique*, da Empresa Nacional da Navegação, assim transformado em navio de guerra com a capacidade de transporte de 1300 passageiros e várias toneladas de carga (Roçadas, 1919, p. 101).



Figura nº 2 – O Batalhão de Infantaria 14 na estação de Santa Apolónia, Lisboa

Fonte: (Ilustração Portuguesa Nº 448, 1914, p. 375)

Apesar de o navio ter chegado a Moçâmedes a 1 de outubro (Figura nº 3), o Batalhão só desembarcou uns dias depois, após ter sido encontrado alojamento na cidade (Roçadas, 1919). A expedição deslocou-se para Lubango e o seu comandante, TCor Alves Roçadas,



tomou posse do governo de Huíla, a 18 de outubro, na véspera do «incidente de Naulila», no qual um Destacamento de Dragões, comandado pelo Alferes Sereno, abriu fogo sobre uma delegação alemã. Esta ação teve repercussões graves para as tropas portuguesas e as represálias alemãs fizeram-se sentir logo a 31 de outubro, com o ataque e saque ao posto militar do Cuangar e a outros quatros postos da mesma região, ao longo do Rio Cubango, dos quais resultaram baixas militares e civis, incluindo crianças (Exército Português, 1994). As retaliações alemãs não ficariam por aqui, para infelicidade dos militares do RI 14, em especial das 9.^a e 12.^a Companhias, que combateram em Naulila.



Figura nº 3 – Desembarque em Moçâmedes

Fonte: (Martins, s.d.)

Em Lubango, o TCor Alves Roçadas constatou que o Batalhão demonstrava ainda falta de homogeneidade, devido ao pouco tempo em que a unidade foi reunida e os militares serem provenientes de muitas unidades diferentes. A 1 de novembro, foi organizada a *Força em Operações no Sul de Angola*, com pouco mais de 2 500 homens, e foi dada a ordem ao Major Salgado para comandar um destacamento de cerca de 900 homens para o Cunene, composto pelo Batalhão do RI 14, com exceção da 10.^a Companhia e reforçado com o 1.º Esquadrão de Dragões³ e a Bateria Ehrhardt⁴ (Roçadas, 1919).

³ Cavalaria

⁴ Obus de Artilharia de Montanha



A marcha do destacamento para Sul foi difícil devido a falta de água, deficiência de alguns géneros, material de bivaque reduzido e falta de pão. Ernesto dos Santos caracteriza a mesma do seguinte modo: «O percurso foi doloroso. Não foi a marcha diária de 25 a 30 quilómetros, numa extensão de mais de 400⁵, sobre caminhos arenosos, a pé, equipados com toda a indumentária da infantaria [...], foi a sede, a horrível sede que nos fazia inchar a língua, provocando uma péssima respiração» (1957, p. 55).

Apesar das dificuldades, o destacamento atingiu Forte Roçadas a 17 de novembro (Cid, 1951). A 9.^a Companhia e, posteriormente, a 12.^a Companhia foram enviadas para Naulila, a 11.^a Companhia foi incumbida da vigilância de Otchinjau e Ediva e o Major Salgado com a 10.^a Companhia ficaram localizados em Calueque (Salgado, 2011) (Figura nº 4).

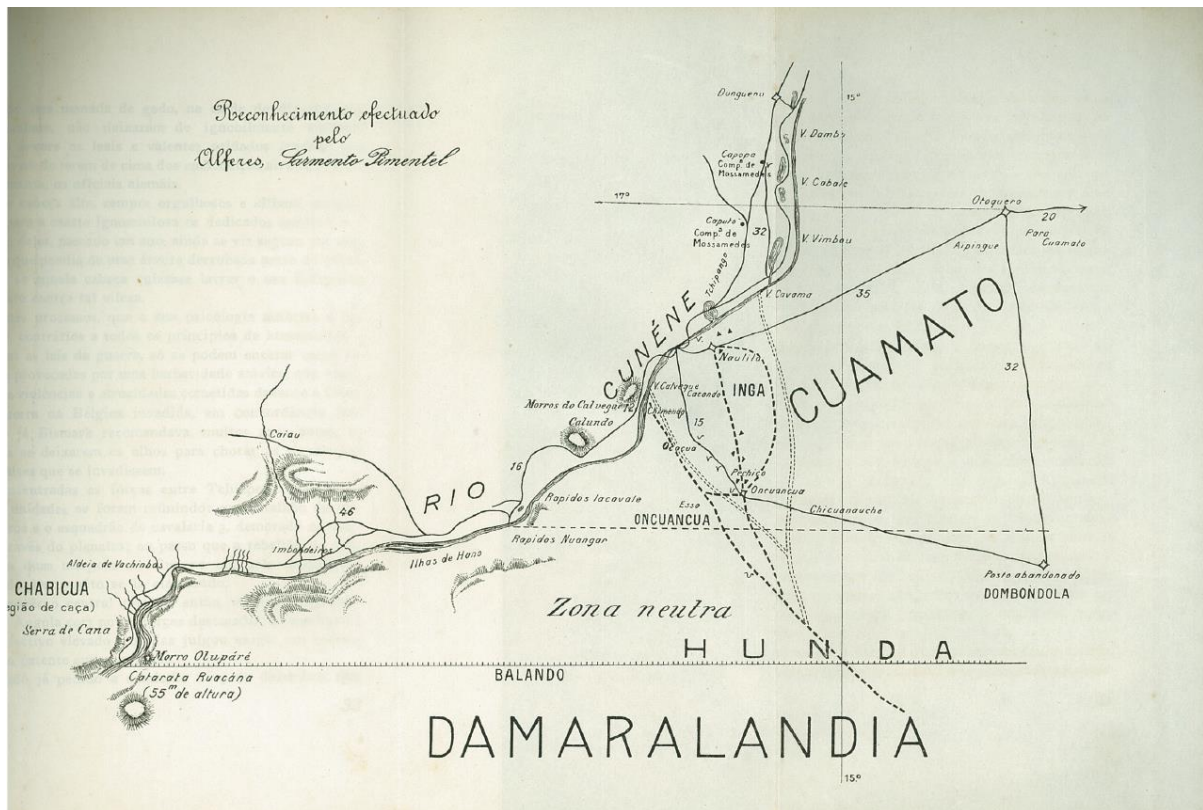


Figura nº 4 – Mapa de África em 1914

Fonte: (Teixeira, 1935)

⁵ Segundo Balula Cid, 300 km



Na ordem número 13 de 26 de novembro⁶, o comandante das forças deu ordens precisas sobre a não-beligerância com a Alemanha, dizendo que «se deve partir do princípio que Portugal não está em guerra coma a Alemanha», e que seriam punidos os que penetrassem em território alemão, «os elementos de segurança não devem passar além [...] da fronteira do Cuamato» e os auxiliares em vigilância na margem direita do Cunene, «não hostilizarão quaisquer forças alemãs».

No entanto, as forças alemãs aproximavam-se e, em 13 de dezembro, o Major Salgado recebeu informação⁷ do comandante do destacamento de Naulila que «Forças alemãs a cavalo [...] fizeram ontem fogo sobre o esquadrão de dragões [...] Os alemães estavam às 19h de hontem acampados a O de Morros, na margem esquerda do Cunene, julgando o comandante do esquadrão pela vivesa do tiroteio que o efetivo d'eles não é pequeno» (*sic*).

A missão do destacamento do Major Salgado, definida nas instruções de 15 de dezembro⁸, era «defender os vaus do Calueque e Nangula e opor-se ao avanço do inimigo pela margem direita do rio Cunene na direção de Naulila e Dongoena». Nas mesmas instruções recebeu indicações sobre o emprego da artilharia e como e onde proceder ao reabastecimento.

Em 16 de dezembro, o 1.º Pelotão da 9.ª Companhia, comandado pelo Alferes Figueiredo, saiu de Naulila para os vaus de Cabelo e Catangombe (entre Naulila e o Vale de Nangula)⁹, ficando a 9.ª Companhia resumida a dois pelotões.

Na manhã de 18 de dezembro de 1914, a defesa de Naulila estava organizada da seguinte forma¹⁰ (Figura nº 5):

- Lado menor: flanco direito - dois pelotões e uma seção da 12.ª Companhia; flanco esquerdo – a Bateria Erahdt, com o apoio de 1.ª Seção da 12.ª (à direita da bateria).
- Lado maior: flanco direito - a 16.ª Companhia; centro - bateria de metralhadoras apoiada por uma secção da 16.ª Companhia e flanco esquerdo - o 3.º Pelotão da 9.ª Companhia, comandado pelo Alferes Pisarra.

⁶ AHM 2/2/022/003

⁷ AHM 2/2/023/002

⁸ AHM 2/2/023/002

⁹ AHM 2/2/022/005

¹⁰ AHM 2/2/021/012



Às 5h, o destacamento do Major Salgado ouviu os primeiros tiros de artilharia em Naulila e, passados dez minutos, o pelotão da 15.^a Companhia Indígena, que protegia o Vau de Nangula, foi atacado. O Major Salgado ordenou um reconhecimento à margem esquerda, para verificar o estacionamento dos alemães, tendo sido constatado que estava guarnecido por homens a cavalo. Às 8h, o destacamento recebeu a ordem para atacar o estacionamento, o que foi feito imediatamente com um pelotão de infantaria e um pelotão de cavalaria, comandados pelo Comandante da 10.^a Companhia, Capitão Lebre (Salgado, 2011, p. 135).

Esta força foi avançando não tendo tido contato com os alemães, como expressa o relatório do Alferes Matos¹², comandante do pelotão da 10.^a Companhia,

«[...] foi reconhecido todo o acampamento inimigo e todos os caminhos que se dirigem para o sul, até uma distância de 2 km, que foram certamente os utilizados pelo inimigo para a sua retirada [...] N'esta mesma ocasião retiro para junto do vau Calueque, visto não ter tido contacto com o inimigo» (*sic*).

No final da manhã, o Major Salgado recebeu uma ordem verbal do comandante das forças, através de um soldado de dragões, para retirar sobre Dongoená (Salgado, 2011, p. 136) e emitiu a ordem de marcha¹³ às 11h35 com o seguinte fim: «O destacamento tendo ameaçadas as suas comunicações sobre Dongoená e Humbe, retira sobre a Dongoená para operar a essa junção».

Em Naulila, alguns militares abandonaram as suas posições prematuramente e outros bateram-se estoicamente e sofreram pesadas baixas, contudo, as forças portuguesas foram incapazes de aguentar as suas posições, tendo os alemães tomado o Forte e capturado vários militares, como o Tenente Marques, comandante do 2.º Pelotão da 9.^a Companhia e 51 praças do RI 14¹⁴. Como resultado do combate, morreram o comandante da 9.^a Companhia, Capitão Artur Homem Ribeiro, e 33 praças do Batalhão do RI 14, das 9.^a e 12.^a Companhias.

O Coronel António Lopes Mateus, na altura comandante da 11.^a Companhia, no prefácio do livro do Tenente Ernesto Moreira Santos, refere que em Naulila havia um «manifesto desequilíbrio de forças empenhadas na luta; os alemães dispunham de um mais elevado número de combatentes, com superior armamento» (Santos, 1957).

¹² AHM 2/2/023/002

¹³ AHM 2/2/023/002

¹⁴ AHM 2/2/022/002



No entanto, ainda que houvesse uma grande desproporcionalidade do potencial relativo de combate, de 8 000 tropas alemãs para 2 000 portuguesas, o desfecho poderia ter sido outro se as regras de empenhamento emanadas de Lisboa não tivessem sido tão restritivas. Como Portugal e a Alemanha não estavam formalmente em guerra, as indicações eram para que não se atacassem as forças alemãs, apesar destas terem invadido o território português com o conhecimento da expedição portuguesa, que até monitorizou o seu avanço. As forças remeteram-se a uma atitude defensiva que teve efeitos nefastos para a expedição do TCor Alves Roçadas, de que é exemplo o «desastre de Naulila» e que originou o abandono dos fortes nas margens do rio Cunene e a subsequente revolta generalizada dos indígenas (Martins, s.d.).

Em 27 de dezembro, o comandante da expedição emitiu uma ordem para estacionamento¹⁵ com objetivo de «ocupar defensivamente a linha Pocolo-Gambos-Capelongo a fim de deter qualquer avanço de forças inimigas». O 3.º Batalhão, com exceção da 9.ª Companhia que marchou para Pico, estacionou no Forno da Cal até chegada do Batalhão de Marinha, após o que marchou para Chibemba (Gambos).

Depois de Naulila, o TCor Alves Roçadas pediu a exoneração do cargo, não tendo sido aceite pelo governo mas, com autorização de envio de mais tropas para Angola, a juntarem-se à 1.ª Expedição, as forças expedicionárias aumentaram para cerca de 9 000 homens. Assim, foi decidido enviar um oficial de maior patente, tendo a escolha recaído no General Pereira D'Eça, que acumularia com o cargo de Governador da Província, tendo assumido funções em março de 1915 (Martins, 1945).

O Batalhão deslocou-se para os Gambos, onde ficou de dezembro de 1914 a maio de 1915, tendo sido um período duro, devido à seca que massacrava o sul de Angola, e falta de equipamento, fardamento e reabastecimento. A seca, a insurreição dos indígenas e consequente incapacidade de fazer reconhecimentos para verificar quais as áreas ocupadas pelos alemães, bem como a falta de tropas menos desgastadas, adiou a ofensiva para Sul para recuperar o território perdido (Salgado, 2011).

Pouco mais de um mês após a chegada do General Pereira D'Eça, a 28 de abril, o TCor Alves Roçadas regressou à metrópole e o Major Salgado assumiu o comando das forças nos Gambos mas, no início de maio, o Batalhão deslocou-se para Chibia. O estado de saúde do pessoal do Batalhão era de tal modo grave que foi reunida uma junta médica para

¹⁵ AHM 2/2/023/002



avaliar a condição dos militares, concluindo que mais de 70 % estavam incapazes para o serviço, aumentando o número de mortes diariamente (Salgado, 2011).

Em 17 de junho de 1915, o Major Alberto Salgado assumiu o comando do 3.º Batalhão do RI 18, passando o Batalhão a ser comandado interinamente pelo Capitão Jorge Frederico Velez Caroço¹⁶. Tal como o Major Salgado, individualmente houve outros militares que continuaram no teatro, como por exemplo o Capitão Lopes Mateus, que foi comandante de companhia também no Batalhão do RI 18 e que integrou o destacamento do Cuamato (Salgado, 2011).

De Chibia o Batalhão deslocou-se para Lubango e por fim Moçâmedes, onde começou a embarcar para a metrópole em princípios de agosto, tendo terminado a sua participação nas Campanhas do Sul de Angola da I GM (Cid, 1951).

¹⁶ AHM 2/2/042/015



2. Procedimento Metodológico

a. Modelo de Análise

Para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a totalidade do sistema que produz um resultado ou um efeito é consequência de uma combinação complexa entre Doutrina, Organização, Treino, Liderança, Material, Pessoal, Infraestruturas, Interoperabilidade, com o objetivo de obter o fim desejado (NATO, 2006).

Concomitantemente, em termos nacionais, capacidade militar é um conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes da doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras (MDN, 2011). Na mesma linha, o modelo norte-americano DOTMLPF (*Doctrine, Organizations, Training, Material, Leadership and education, Personnel e Facilities*) é uma forma sistematizada de analisar capacidades, sendo conduzida de forma cíclica e com vista à inovação e melhorias (US Army, 2005, p.4.4).

Para caraterizar a participação do 3.º Batalhão do RI 14, percebendo *Como foi influenciada a participação do Batalhão e qual o seu contributo para o desfecho da campanha?*, utilizou-se o modelo de análise de capacidades militares DOTMPLF (Figura nº 6). Assim, pretendeu-se sistematizar a análise das fontes e validar a hipótese que se considera, ou seja, que a falta de preparação para o terreno e inimigo, e as condições ambientais às quais os militares do Batalhão não estavam habituados influenciaram a ação do batalhão. Dado o seu empenhamento, considerou-se que a ação do Batalhão contribuiu significativamente para a campanha.

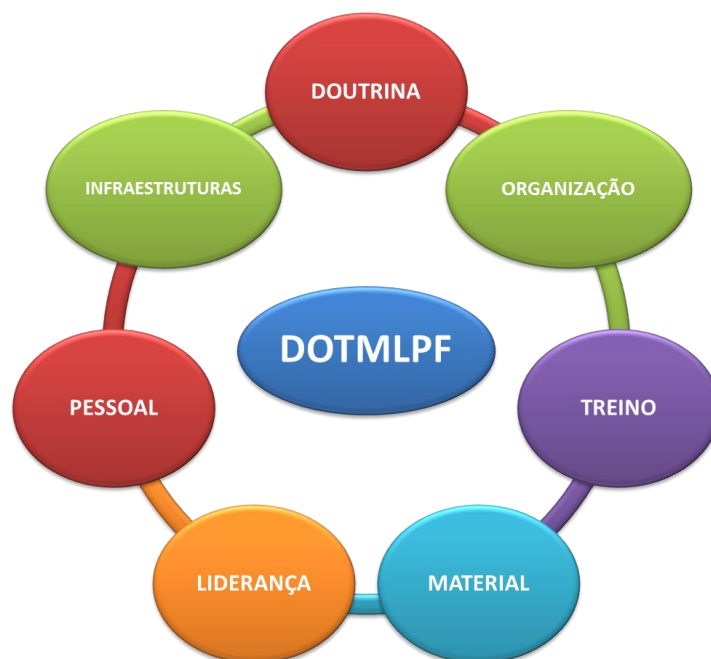


Figura nº 6 – Modelo DOTMLPF

Fonte: (Autor, 2014)

As várias dimensões do modelo DOTMLPF detalham-se de seguida (GPEx, 2013, pp. 53-66):

(1) Doutrina

Conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares no cumprimento da missão operacional do Exército e na prossecução dos objetivos nacionais. Têm caráter imperativo mas exigem julgamento na aplicação (PAD 320-01, 2008, pp. 1-2).

Com a análise da doutrina pretende-se compreender qual o enquadramento doutrinário da campanha, nomeadamente perceber qual a doutrina de emprego do Exército Português em 1914 para os Corpos Expedicionários, sua atualidade em termos táticos e adequabilidade ao teatro de operações de Angola.

(2) Organização

Forma de estrutura organizacional tradicional com estruturas hierárquicas de dependência (PMBOK, 2008, p. 436).

Esta dimensão visa investigar como o Batalhão estava estruturado e de que forma a sua organização condicionou a ação do mesmo.



(3) Treino

Processo de organização das situações de aprendizagem específicas da instituição que consiste na aplicação prática e sistemática dos conhecimentos adquiridos e cuja finalidade é a manutenção e aperfeiçoamento das capacidades/competências obtidas (RGIE, 2002, p. 5).

Tendo em conta a máxima comumente empregue no seio militar, «treina como combates, combate como treinaste», procura-se entender como é que o Batalhão se preparou para a missão, em termos do treino das técnicas, táticas e procedimentos para fazer face ao terreno, inimigo e condições meteorológicas que iriam enfrentar no Sul de Angola.

(4) Material

Conjunto de artigos usados por uma organização em qualquer projeto, tais como equipamentos, aparelhos, ferramentas, máquinas e outros materiais diversos (PMBOK, 2008, p. 438).

Esta componente visa perceber quais as principais dificuldades de limitações do Batalhão em termos de material e qual a sua influência para a sua ação.

(5) Liderança

Processo de influenciar outros a perceber e a concordar sobre o que é necessário fazer e como devemos fazê-lo eficazmente, é o processo de facilitação dos esforços individuais e coletivos para realizar os objetivos partilhados (Yukl, 2002, p. 7).

Pretende-se identificar a liderança de topo do Batalhão, nomeadamente os oficiais e perceber a carreira do comandante de Batalhão e comandantes Companhia, antes e depois das campanhas. Ou seja, verificar em que medida se manifestou a sua ação de comando, bem como dos comandantes de pelotão e consequências para a conduta durante a campanha.

(6) Pessoal

Conjunto de pessoas ao serviço da organização como veículo de melhoria contínua da eficácia e da eficiência desta (NP 4427, 2004). Pessoas que participam nas organizações e que nelas desempenham determinados papéis (Chiavenato, 2008).

Esta análise do pessoal propõe entender quais os efetivos do Batalhão e qual o desempenho do pessoal nos empenhamentos táticos, baixas por combate e doença, assim como dificuldades e privações dos militares do RI 14 em Angola.



(7) Infraestruturas

Conjunto de atividades exercidas no sentido de dotar todos os intervenientes com as instalações necessárias. Relaciona-se com a conceção, construção, remodelação, manutenção, operação e disposição de instalações para projeção, acomodação, instalação, sustentação e retração das forças (PDE 4-00, 2007, p. 4_2).

A análise das infraestruturas tem como objetivo identificar como os militares viviam no teatro de operações, como o terreno se encontrava preparado e implicações para o desenrolar da campanha.

b. Análise das Fontes

O corpo central de fontes analisado consistiu em fontes arquivísticas, obras escritas por intervenientes nas campanhas e imprensa escrita da época, complementado por bibliografia relacionada com a temática em estudo.

As fontes arquivísticas foram recolhidas do ArqGEx, AHM e BE. Do ArqGEx analisaram-se as Folhas de Matrícula do comandante de Batalhão e dos comandantes de Companhia¹⁷. Na 2.^a secção (Angola) da 2.^a Divisão do AHM, foi recolhida informação de documentos vários, nomeadamente relatórios, correspondência trocada (telegramas, notas, informações), ordens, ordens de serviço, etc., que se encontram em 25 pastas distribuídas por 13 caixas. Da BE¹⁸ foram consultadas as Ordens do Exército (OE).

As Folhas de Matrícula são valiosos elementos de informação sobre as carreiras dos oficiais estudados e, até agora, não foram tornadas públicas, exceção da do Capitão Homem Ribeiro no livro *O 14 de Infantaria*. A informação recolhida nas várias caixas do AHM, são uma importante fonte, na generalidade desprovida de sentimento, apesar de não totalmente ausente, como por exemplo no *Relatório do Comandante do Posto de Naulila* no dia do combate. Alguns dos intervenientes basearam-se em parte desta informação para escreverem os seus livros, no entanto, informação específica relacionada com o RI 14 não foi encontrada em trabalhos anteriores. As OE são uma fonte fidedigna oficial, totalmente isenta, que têm o único senão o hiato de tempo que por vezes existe, entre a data da implementação de uma ação ou acontecimento e a data de publicação em OE.

¹⁷ A Folha de Matrícula de Capitão José da Fonseca Lebre, comandante da 10.^a Companhia, não foi consultada porque não foi localizada no ArqGEx.

¹⁸ A quase totalidade as fontes publicadas em livros e outra bibliografia, escrita até meados do século XX, foram requisitados na BE.



As obras escritas por intervenientes, dependendo da data de publicação com um cariz maior ou menor de memórias, consistem: no relatório oficial do comandante da expedição, TCor Alves Roçadas publicado em livro em 1919; os cadernos do Major Alberto Salgado, comandante de Batalhão, editados em 2011; o livro do Major António Fernandes Varão, de 1934, capitão-mor do Cuamato; o livro do General Ernesto Machado, de 1956, sub-chefe de EM das forças em operações no sul de Angola e o livro do Tenente Ernesto Moreira Santos, de 1957, soldado do 2.º Pelotão da 9.ª Companhia RI 14.

Estas obras são fontes ricas em informação e detalhes mas, sendo encargo dos responsáveis diretos, podem ser pouco críticos dos factos e da ação dos próprios, assumindo um cariz pessoal e espelhando uma visão apaixonada dos acontecimentos. Por vezes empregam uma retórica de carácter nacionalista e de culto de heróis, muito frequente na historiografia do Estado Novo. Têm a vantagem de deixar transparecer os sentimentos na altura, o quotidiano da vida nas campanhas e as dificuldades que daí advinham.

A imprensa da época, nomeadamente a *Ilustração Portuguesa*, o jornal *A Capital* e o jornal *O Mundo*, à semelhança do que, por vezes, acontece atualmente, é algo sensacionalista e inflamado de valores nacionais. Contudo, relativamente à imagem, fotografia e mapas, é uma importante fonte para ilustrar alguns aspetos das campanhas e seus intervenientes e de como os civis na metrópole sentiam as campanhas.



«A lição dos factos, em paizes de gente inteligente e hábil, è sempre proveitosa: a lição que as campanhas d’Africa nos fornece sirva também, entre nòs, para se tratar a sério da organização militar (...), preparando o Exército para o seu fim exclusivo, para a missão mais levantada e mais nobre do homem, – a Guerra!»

(Costa, 1925, p. 9)

3. Análise

a. Doutrina

O Exército Português foi sujeito a uma reorganização republicana em 1911, contudo, essa reorganização não se traduziu numa inovação doutrinária. Desde 1908 que não havia qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento que obrigasse a alterações doutrinárias, mantendo-se a doutrina da monarquia. O Exército estava desatualizado no que diz respeito às novas correntes do pensamento militar ou às práticas usuais na guerra entre grandes poderes porque se afastou por completo das operações normais na Europa (Telo, 2013, p. 13).

Antes da expedição e após as campanhas de pacificação de finais do século XIX e início do século XX, a presença militar portuguesa, em Angola, assentava na ocupação de postos fronteiriços, maioritariamente com indígenas, limitando-se a tática militar à organização de colunas, que se deslocavam para o interior com o objetivo de conquistar território ou infligir castigos aos gentios revoltados (Arrifes, 2004, pp. 64, 68).

A doutrina nacional de nível tático era orientada para a ofensiva, baseando-se no princípio do ponto decisivo, ou seja, que para se obter sucesso na guerra era necessário exercer uma ação desigual sobre o inimigo, de forma a concentrar maiores efetivos num ponto julgado decisivo, só possível com operações ofensivas (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906, p. 186).

Não existia, portanto, doutrina para as expedições, ou seja, não existia um regulamento colonial de campanha que definisse o inimigo e como o enfrentar, a manobra logística ou detalhes de foro médico-sanitário. Esta ausência implicava um esforço adicional no início de cada expedição, partindo do zero, o que obrigava a constantes formulações e reformulações de instruções provisórias para cada campanha (Arrifes, 2004, p.84).

Além da ocupação militar de postos fronteiriços e da sua defesa, na tentativa de manter a integridade territorial, e na organização de colunas, para reprimir os indígenas ou



expandir o território, também foram utilizadas táticas que se aproximavam das que decorriam no Teatro Europeu, nomeadamente trincheiras, mas com fraca preparação do terreno.

Verifica-se que não existia doutrina do Exército Português atualizada, dedicada e adequada ao tipo de operações, terreno e inimigo com que as forças do Batalhão se depararam durante as campanhas.

b. Organização

O Batalhão de infantaria que integrou o corpo expedicionário destinado a Angola foi organizado no RI 14 e em 19 de agosto de 1914 foi divulgado convite para quem quisesse voluntariamente servir na expedição. Dois dias depois começou a formar-se o 3.º Batalhão Expedicionário e, em finais de agosto, o Batalhão já estava completamente organizado (Figura nº 7) (Cid, 1951, pp. 49-50):

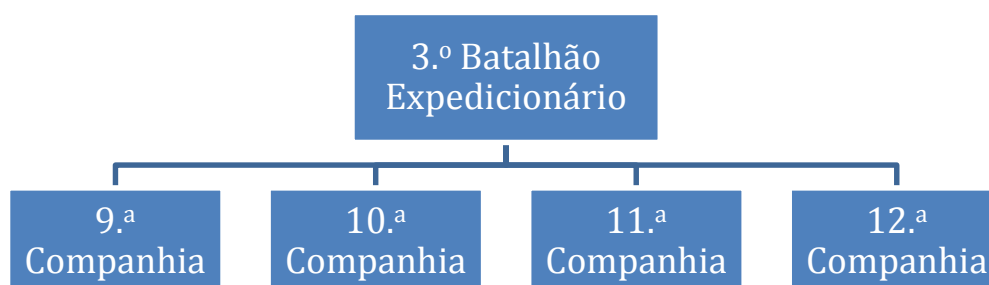


Figura nº 7 – Organização do 3º Batalhão Expedicionário

Fonte: (Autor, 2014)

Pela nomeação dos oficiais, percebe-se que o Batalhão estava organizado em quatro companhias, comandadas por capitães que eram compostas por três pelotões, comandados por tenentes ou alferes. Da análise das fontes, deduz-se que os pelotões estariam organizados em duas secções, comandadas por sargentos.

A atual organização dos batalhões é normalmente ternária em países da OTAN, onde nos baixos escalões táticos as forças podem atuar independentemente, garantindo elementos de apoio, assalto e reserva ou segurança, de acordo com a situação tática. O Batalhão tem organização ternária, as companhias ternária e os pelotões binária.



No entanto, da análise dos empenhamentos táticos e dada a ausência de doutrina referenciada anteriormente, infere-se que a lógica de emprego das forças é manobrar com as forças como um todo, estando o Batalhão organizado de acordo com o normal da época.

Outra característica do Batalhão é que este não dispunha de apoio de combate orgânico, o mesmo sucedendo com as companhias. O apoio de combate era garantido pelos grupos de metralhadoras, formados em unidades de infantaria, e por baterias de artilharia de montanha e baterias erahrdt, que dependiam diretamente do comandante das forças em operações.

Da análise da campanha, constata-se que, com exceção de missões dadas a companhias isoladas, como por exemplo a 11.^a Companhia que estava em vigilância na região de Ediva durante o combate de Naulila, normalmente eram formados destacamentos, comandados pelo oficial mais antigo e reforçados por baterias de metralhadoras e secções de artilharia.

Com a chegada dos consecutivos reforços ao destacamento misto a Angola¹⁹, nomeadamente de unidades de infantaria, sob o comando do General Pereira D'Eça, os batalhões dividiram-se por dois regimentos. O Batalhão do RI 14 integrou o 1.º Regimento, juntamente com os batalhões dos RI 16 e 17 e 2.º Grupo de Metralhadoras, comandado pelo Coronel António Veríssimo de Sousa²⁰. No entanto, com esta organização o Batalhão não foi empenhado em ações de combate pelo que não tem influência em termos táticos, no desempenho do Batalhão, a subordinação ao comandante do regimento.

c. Treino

O 3.º Batalhão Expedicionário começa a constituir-se no dia 21 de agosto de 1914, à custa de militares de quase todos os Regimentos de Infantaria²¹, a 8 e 9 de setembro desloca-se para Lisboa e a 11 embarca com destino a Moçâmedes.

Considerando que, pouco mais de uma semana após a constituição do Batalhão, o mesmo estava a partir com destino a Angola, durante o curto tempo de permanência em Viseu, assumimos que não houve praticamente tempo para treino do Batalhão. No período

¹⁹ AHM 2/2/021/018

²⁰ AHM 2/2/042/041

²¹ Além do RI N.º 14, integraram o Batalhão militares dos seguintes Regimentos de Infantaria: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 34 e 35 (Cid, 1951, p. 49).



passado a bordo, foi fixado o regime militar que incluía os serviços de instrução, higiene e serviço interno dos corpos. No entanto, considerando que se estava num navio, a instrução não poderia incluir aspetos do treino de técnicas, táticas e procedimentos para preparação para os combates.

A 1 de outubro, as forças, com exceção do Batalhão do RI 14, desembarcam em Moçâmedes e, no dia 13, começam a deslocar-se para o Planalto de Huila, onde se concentraram todas as unidades expedicionárias a 22 de outubro. Neste local atesta-se o estado das unidades, constatando-se falta de entrosamento dos militares do Batalhão, associada ao facto de ser constituído por militares de 25 regimentos diferentes, que praticamente não treinaram. Sobre este assunto, o TCor Alves Roçadas refere que «as unidades entregavam-se diariamente a exercícios de instrução militar, a fim de os respetivos comandantes e oficiais avaliarem do valor dos seus soldados, pois a mobilização, sobretudo do Batalhão de Infantaria nº 14, tinha sido feita por convite geral e não restrito ao próprio regimento, dando em resultado uma grande heterogeneidade nas praças e ainda o facto de a maioria dos oficiais e dos graduados desconhecerem os seus homens» (1919, pp. 129-130).

No dia 31 de outubro, a Ordem de Serviço (OS) nº 40, determina a constituição das *Forças em Operações no Sul de Angola*, a ser implementado no dia seguinte. Sobre o valor das unidades, considera-se que o Batalhão pecava por «falta de homogeneidade», caracterizado por ter «praças de várias proveniências, desconhecidas na sua grande maioria tantos dos oficiais como dos sargentos». Assim, o «enérgico comandante, major Salgado, oficial dos mais experimentados e campanhas coloniais», devido à «precipitação dos acontecimentos» não conseguiu completar a preparação que o Batalhão necessitava para ser uma unidade «bastante sólida» (Roçadas, 1919, p. 153).

Esta falta de treino veio a traduzir-se num fraco desempenho em combate de alguns militares, como se verificou no combate de Naulila, relatado em telegramas do TCor Alves Roçadas para o Governador-geral de Angola, de dezembro de 1914²². Em 24 de dezembro, informa que

«Houve maior parte dos oficiais e de algumas praças todo o valor tradicional militar no nosso exército mas a maioria dos soldados [...] revelaram uma ausência completa de solidez militar que comprometeu o sucesso. [...] os soldados que eu trouxe são um perfeito rebanho não têm

²² AHM 2/2/022/002



a solidez do verdadeiro soldado».

Na mesma linha, em 26 de dezembro, refere que a «nossa infantaria maioria deixou muito desejar inclusivamente landins um bando de carneiros que às primeiras granadas largaram as posições [...] não se pode confiar neles, levei pessoalmente uma companhia, a do capitão Cunha das melhores, três vezes ao contra-ataque mas terminaram por fugir». Este fraco desempenho não foi generalizado, como irá ser abordado de seguida.

No entanto, meses depois o comandante da expedição constatou que a situação de falta de treino do Batalhão do RI 14 não era caso único, visto que os reforços à expedição que foram chegando no final de 1914 e início de 1915, padeciam do mesmo mal. No relatório do TCor Alves Roçadas²³ para o General Pereira D'Eça sobre as tropas do seu comando, de 26 de março de 1915, relativamente à instrução, declara que quando chegavam a Angola, «os batalhões d'infantaria com raríssimas exceções [...] tiveram de começar pela escola de soldado; quanto à prática de tiro, nem se fala».

O General Gomes da Costa caracterizou as forças enviadas para as colónias, referindo que tinham «falta de preparação», apontando os motivos para que tal se verificasse:

«foi sempre assim, não se cuida do exército, não se cuida no recrutamento e preparação das tropas coloniais, e n'um dado momento, quando é precisa uma expedição e já não há tempo para a preparar, juntam-se os elementos que é possível obter, todos mal preparados, e é com este conjunto heterogeneo que se vae para a guerra: enquanto a coisa tem sido só contra os pretos, tudo tem sido menos mal, mas agora, em frente d'um inimigo civilizado e de qualidades militares, a derrota era inevitavel» (*sic*) (Costa, 1925, p. 62).

d. Material

As tropas expedicionárias ao chegarem a Angola depararam-se com uma situação de material extremamente precária, relativamente ao armamento e fardamento, que frequentemente não se adequava ao clima (Arrifes, 2004, p. 188). A dotação individual de fardamento consistia num chapéu capacete, um capote, dois dolmens de serviço, dois pares de calças de cotim, dois pares de botas, um par de alpergatas, três camisas, dois pares de ceroulas, duas toalhas, três lenços e um pequeno equipamento (Arrifes, 2004, p. 322).

²³ AHM 2/2/028/004



Em finais de agosto de 1914 (24 a 29) foram submetidas várias requisições destinadas ao destacamento expedicionário²⁴, nomeadamente: explosivos e munições ao Arsenal do Exército; viaturas; material de construção a ser adquirido no mercado; material de engenharia; ferramentas; cozinhas rodadas, fornos e material para panificação; material de bivaque e material sanitário. O material sanitário destinava-se a 1 525 europeus e 900 indígenas, para um período de 90 dias. O armamento ligeiro consistia na espingarda 8 mm m/86-99, tendo sido enviadas 1 000 para a província de Angola desde 12 de setembro de 1914²⁵.

A 9.^a Companhia que guarnecia Naulila dispunha de 210 munições por praça, que levou a que o comandante do destacamento²⁶ requisitasse munições que nunca chegaram. Sobre o «exíguo» material de guerra considerou que

«era tudo o que havia de mais rudimentar, primitivo, insuficiente e impróprio, e que, servindo talvez para operações contra pretos, estava bem longe de, em oposição a tropas brancas dignas d'esse nome, ter a mobilidade e condições necessárias, para em combate, poder ser utilizado com proveito, onde e quando fosse preciso».

Após o combate de Naulila e consequente retirada, algum do material do Batalhão foi dado como perdido, de realçar o extravio do seu arquivo. Como se pode ler na carta do Major Salgado ao Chefe de Estado-Maior (EM) do Destacamento de Gambos, de 10 de fevereiro de 1915,²⁷ «em 18 do mês de dezembro [...] o carro que conduzia as malas dos oficiais e o arquivo do Batalhão, ficou o mesmo carro à retaguarda [...] não mais apareceu».

Noutro documento, de 23 do mesmo mês²⁸, assinado pelo comandante de Batalhão, pelo comandante da 12.^a Companhia, Capitão Aristides Rafael da Cunha e Tenente Pedro Canelas, da 10.^a Companhia, pode constatar-se que, além dos bens referidos anteriormente, «há a lamentar não só a perda de tudo quanto os oficiais ali possuíam como também de vários artigos de material a cargo do Batalhão, cujas quantidades impossível se torna, por enquanto, determinar (...)».

²⁴ AHM 2/2/021/022

²⁵ AHM 2/2/021/022

²⁶ AHM 2/2/021/012

²⁷ AHM 2/2/022/010

²⁸ AHM 2/2/022/010



Pode deduzir-se que o armamento individual era parte deste material em falta, como demonstra telegrama enviado para o Lubango²⁹, em 8 de janeiro, «Rogo providenciar para com urgência sejam enviadas a infantaria 14 está Gambos 27 espingardas Mauser 6,5 mm que lhe pertencem e que me parece foram ahi distribuídas a civis» (*sic*).

No início de 1915, foi enviada correspondência para o Ministro das Colónias³⁰, com vista a restabelecer o número de espingardas da expedição, através do envio de armas da metrópole ou aquisição das mesmas. Em 13 de janeiro, o secretário-geral solícita que «sejam enviadas com urgência [...] mais de mil espingardas Kryptcheck e maior número possível de cartuchos». Dois dias depois, o Governador-geral procura autorização para fazer uma encomenda de armas para as companhias de infantaria, «tinha perguntado à casa Knoch se poderia fornecer 1 500 espingardas Martini [...] Ex^a. Diga se posso fazer a encomenda».

Dado o efetivo de cerca de 2500 militares que constituíam a expedição (Roçadas, 1919, p. 153) e a avaliar pelo número de armas pedido, infere-se que as perdas de armamento decorrente do combate de Naulila foram muito significativas, originando a procura de alternativas enquanto as requisições não fossem satisfeitas.

Esta situação levou a que tivessem de ser requisitadas espingardas a civis, como é prova a documentação³¹ sobre a receção de uma espingarda Mauser entregue pelo auxiliar Teófilo Rosado ao Major Salgado, em 27 de fevereiro. Em 10 de março, o mesmo auxiliar endereça um pedido ao Comandante da Coluna em Operações no Sul de Angola, para que lhe fosse fornecida uma arma, que teve o despacho de «não há armas para fornecer».

Na *Relação do armamento, munições e assessórios em carga a este Batalhão em 15 de Abril*³² pode verificar-se que o Batalhão tinha 799 espingardas 6,5 mm m/904, 17 pistolas 7,65 mm m/908 e duas espadas m/909.

Com a retirada de Naulila, não se perdeu só armamento mas, também, fardamento. Muitos militares mantiveram apenas a roupa que traziam no corpo, como é demonstrado na informação³³, de 9 de janeiro, do diretor da enfermaria em Gambos para o chefe do serviço de saúde, onde é dado a conhecer o estado da enfermaria que se encontrava empestada de

²⁹ AHM 2/2/022/010

³⁰ AHM 2/2/022/002

³¹ AHM 2/2/022/010

³² AHM 2/2/030/036

³³ AHM 2/2/024/003



parasitas, não se podendo proceder à desinfecção das roupas porque «a quase totalidade d'estes doentes não tem mais vestuário do que aquele com se encontram atualmente».

A falta de fardamento pode comprovar-se na no telegrama de 16 de janeiro, do TCor Alves Roçadas diretamente para Ministro das Colónias de «dolmans de cotim 1 251, calças de cotim 1 120, grevas³⁴ (pares) 235, botas (pares) 950, capotes de infantaria 598, camisas 1 340, camisolas 265, capotes typo 0 20, capotes de artilharia 27».

Na nota de envio³⁵ da *Relação do armamento, munições e assessórios em carga a este Batalhão em 15 de Abril*, o comandante de Batalhão refere que «nunca foram distribuídas as rações de víveres a que se refere o regulamento de mobilização». Sobre o fardamento declara que a unidade «não têm atualmente artigo algum de fardamento além dos que às forças estão distribuídos [...], que na maioria se encontram em mau estado e algumas forças até sem calçado algum».

Quando o Capitão Carçoço assumiu o comando do Batalhão, enviou uma nota urgente em 25 de junho de 1915, para o Chefe do EM das Colunas, declarando que «há muito a fazer n'esta unidade para se apurar qual o material que existe, o que foi entregue nos vários postos de etápes [...] e d'aquela que falta para o completo da carga com que este Batalhão foi projetado». Como não era oficial do Batalhão e não participou nas ações anteriores, refere que «responsabilidade alguma me pode ser atribuída pelas faltas de material [...] mas entendo ser do meu dever apresentar a VEx^a as condições em que ele se encontra». Assim, pediu para que se reunissem no Batalhão todas as companhias que estavam deslocadas para se proceder ao apuramento e liquidação dos assuntos de material.

A nota referida anteriormente deu origem aos autos de abate de material³⁶ das companhias do Batalhão, elaborados em Moçâmedes em julho de 1915, antes da retração do Batalhão para a metrópole. Estes autos elucidam a quantidade de material que foi perdido durante as campanhas e como as companhias operaram desde esse acontecimento. A justificação para o abate é o «Combate de Naulila e retirada que se lhe seguiu» para todas as companhias, com exceção da 11.^a Companhia, que declara que o material foi perdido «durante o serviço de ocupação e vigilância dos caminhos para os vaus do Cunene [...] no posto avançado de Cahama e ainda na retirada da companhia após o insucesso de Naulila».

³⁴ Caneleiras

³⁵ AHM 2/2/030/044

³⁶ AHM 2/2/023/004



A título de exemplo, a Tabela nº1 apresenta as quantidades de alguns materiais por companhia:

Tabela nº 1 – Resumo dos autos de abate das companhias do Batalhão do RI 14

Fonte: (AHM 2/2/023/004)

Material	9. ^a Companhia	10. ^a Companhia	11. ^a Companhia	12. ^a Companhia
Espingarda 6,5 m/904	102	37	01	40
Sabres baionetas 6,5 m/904	127	54	--	70
Cantil	224	115	45	175
Mochila m/94	246	241	--	235

e. Liderança

(1) Estrutura de comando do Batalhão

Em 22 de agosto de 1914 é publicada na OE Nº 20 a constituição da expedição à província de Angola³⁷. O 3.º Batalhão do RI 14 era comandado pelo Major Alberto Salgado, tinha como seu Ajudante o Tenente José de Melo Ponces de Carvalho e as companhias tinham os seguintes oficiais (Figura nº 8) (Cid, 1951, p. 50):

- 9.^a Companhia, comandada pelo Capitão Artur Homem Ribeiro. Comandantes de Pelotão: Tenente António Rodrigues Marques; Alferes Amadeu Gomes de Figueiredo e Alferes João de Araújo Pissara³⁸.
- 10.^a Companhia, comandada pelo Capitão José da Fonseca Lebre. Comandantes de Pelotão: Tenente José Augusto Monteiro; Tenente Pedro Canelas³⁹ e Alferes Fausto de Matos.

³⁷OE nº 20. 2ª Série, de 22 de agosto de 1914 (p. 444)

³⁸ OE nº 22. 2ª Série, de 05 de setembro (p.466) substitui o Alferes José Rebelo de Melo Cabral, por este ter sido julgado incapaz temporariamente para serviço no ultramar.

³⁹ OE nº 22. 2ª Série, de 05 de setembro (p.466) substitui o Tenente José Rodrigues Gaspar, por este ter sido julgado incapaz temporariamente para serviço no ultramar.



- 11.^a Companhia, comandada pelo Capitão António Lopes Mateus. Comandantes de Pelotão: Tenente Luís de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos; Alferes Silvério do Amaral Lebre e Alferes Miguel Ponces de Carvalho.
- 12.^a Companhia, comandada pelo Capitão Aristides Rafael da Cunha⁴⁰. Comandantes de Pelotão: Tenente José Cabral; Alferes Reinaldo Vale de Andrade e Alferes Armando Augusto da Costa.
- Oficiais médicos: Tenente médico Afonso José Maldonado⁴¹ e Alferes médico Francisco Marques Rodrigues Moreira⁴².
- Oficial Provisor: Tenente do Serviço de Administração Militar Francisco Moreira de Almeida.



Figura nº 8 – Os 21 oficiais do 3º Batalhão do RI 14

Fonte: (Ilustração Portuguesa Nº 446, 1914)

(10 - Capitão João da Fonseca Lebre; 11 - Capitão António Lopes Mateus; 12 - Tenente José de Melo Ponces de Carvalho; 13 – Major Alberto Salgado; 14 - Capitão Artur Homem Ribeiro; 15 - Capitão Aristides Rafael da Cunha; 16 - Tenente Francisco Moreira de Almeida; 17- Tenente José Cabral; 18 - Tenente Luís de Albuquerque Pimentel e Vasconcelos; 19 - Tenente José Augusto Monteiro; 20 – Tenente José Rodrigues Gaspar; 21 - Tenente António Rodrigues Marques; 22 - Alferes Amadeu Gomes de Figueiredo; 23 - Alferes Fausto de Matos; 24 – Alferes José Rebelo de Melo Cabral; 25 - Alferes Silvério do Amaral Lebre; 26 - Alferes Armando Augusto da Costa; 27 - Alferes Reinaldo Vale de Andrade; 28 - Alferes Miguel Ponces de Carvalho; 29 - Tenente médico Afonso José Maldonado; 30 - Alferes médico Francisco Marques Rodrigues Moreira)

⁴⁰ Proveniente do RI 5.

⁴¹ Do 1º Batalhão de Artilharia de Costa.

⁴² Do RI 11.



(2) Comandante de Batalhão⁴³

Alberto Salgado, nasceu em Bonfim, distrito do Porto, em 21 de fevereiro de 1870, alistou-se como voluntário no Regimento de Caçadores nº9, em 31 de agosto de 1889, e foi promovido a alferes do RI 18, em 23 junho de 1894. De seguida passou pelo RI 6 e RI 5, de onde destaca para Moçambique em 18 de agosto de 1898, chegando a Lourenço Marques a 11 de setembro. Em 30 de junho de 1899, é promovido a Tenente do RI 1, após o que fez parte da expedição do Niassa, tomando parte nas operações contra o Cuanhama e o Mataca, entrando nos combates de Matancolo e Namalando e na ação de Nangama. Em 18 de outubro, passou para o RI 10 e regressou à metrópole em 19 de dezembro de 1899, passando pelo RI 6 e apresentando-se no RI 5, em 27 de janeiro de 1900.

Antes da promoção a capitão, em 14 de maio de 1904, esteve colocado na Escola do Exército e Escola Prática de Infantaria, onde desempenhou as funções de subalterno para a Companhia de Alunos e Adjunto, respetivamente. Colocado na província de Angola, desembarcou em Luanda a 4 de julho, onde assumiu o comando da Companhia Europeia de Infantaria, fazendo parte da Coluna de Operações no Cuanhama. Terminando a sua comissão, em 25 de julho de 1906, embarcou de regresso à metrópole e é colocado no Batalhão de Caçadores nº1, sendo depois requisitado para desempenhar uma comissão de serviço dependente do Ministério do Reino até 1910, tendo depois passado pelos RI 24, RI 35 e novamente no RI 24, em 30 de setembro de 1911.

Em 16 de abril de 1914 foi promovido a major do RI 14, meses antes de assumir o comando do 3.º Batalhão Expedicionário, que deixa em 17 de junho de 1915 para comandar o 3.º Batalhão do RI 18, fazendo parte do destacamento do Cuamato. Regressou à metrópole em fevereiro de 1916, passou pelo RI 29 e embarcou para nova comissão a Moçambique, em julho de 1917. Foi promovido a TCor para o EM da Infantaria em 13 de agosto e desempenhou as funções de comandante de Mocimboa do Rovuma, comandante da coluna no Sul e comandante interino das forças em operações, tendo regressado à metrópole em dezembro de 1918. Em 26 de fevereiro de 1920, foi promovido a coronel, tendo desempenhado funções de comandante interino do RI 32, no EM da Infantaria e, em comandante do RI 32.

⁴³ ArqGEx 2275



Antes da sua projeção para Angola foi louvado pelo comandante do RI 14, em 7 de setembro de 1914, pela «zelosa leal cooperação e dedicação pelo serviço» no levantamento do Batalhão e já tinha sido louvado duas vezes pela sua prestação como comandante da companhia europeia em Angola, pela «dedicação, zelo e muita competência» e pelo «sangue frio, dedicação e bravura» e manter «a disciplina de fogo na campanha do Mulondo». Foi agraciado com as seguintes condecorações: Cavaleiro da antiga e mui nobre Ordem Militar de Torre e Espada de valor, lealdade e mérito (maio de 1900); Medalha de prata da Rainha D. Amélia (junho de 1900); medalha Rainha D. Amélia – campanha do Mulondo (abril de 1905); Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Avis (janeiro de 1907); Medalha comemorativa das Campanhas do Sul de Angola (janeiro de 1917); Medalha comemorativa das Campanhas de Moçambique 1914 a 1918 (dezembro de 1918); Ordem de Serviços Distintos por Sua Majestade El Rei de Inglaterra (fevereiro de 1919); Medalha militar de ouro de classe de comportamento exemplar (outubro 1919); Medalha militar de prata da classe de bons serviços (novembro de 1919); Medalha da Vitória (novembro de 1919); Medalha de prata da classe de serviços distintos no Ultramar (1922); Letra C na fivela da medalha de prata da classe de bons serviços (janeiro de 1920); Medalha comemorativa de prata «Alembunene» 1904 (dezembro de 1920); Medalha comemorativa de ouro Cuanhama 1915 (dezembro de 1920); Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz (dezembro de 1912); Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito ao 3.º Batalhão do RI 18 (março de 1923).

Ainda a bordo do vapor *Moçambique*, o comandante do 3.º Batalhão exerceu a sua competência disciplinar, punindo o soldado nº171 da 12.ª Companhia com dois dias de prisão disciplinar, castigo a ser cumprido após o desembarque em Moçâmedes, como publicado na OS nº8 de 16 de outubro de 1914⁴⁴. Após a chegada a Angola, segundo as suas notas de 4 de novembro de 1914, castigou «dois patifes de dois soldados» que saíam da coluna com pretexto de «satisfazerem necessidades» e «andaram no meio do mato, ao tiro aos pretos» (Salgado, 2011, p. 128).

Como demonstra a *Cópia do autógrafo do Major Alberto Salgado de Janeiro de 1915*⁴⁵, o comandante do Batalhão era um homem com fortes princípios, que não deixava de expressar o seu desagrado ou indignação. Relativamente à ordem que tinha recebido em 12

⁴⁴ AHM 2/2/022/003

⁴⁵ AHM 2/2/021/019



de dezembro para mandar marchar uma companhia para Naulila, escreveu: «por esta ordem deixava-me a mim, major, na perspetiva de ficar na Dongoena a comandar uma companhia, a 10.^a, naturalmente por terem conhecido a minha incompetência». Ainda no mesmo documento, sobre a ordem que recebeu para marchar de Lubango para Humbe ou Forte Roçadas, «dizia-se que na ordem que receberia instruções escritas, que não passaram de um itinerário que poderia ter sido lançado na minha guia de marcha e que [...] serviu de base para que contra mim se escrevesse [...] procurando lançar-me no ridículo». Por ter sido censurado pelo sucedido durante a retirada, terminou a nota de forma perentória referindo que

«Felizmente tenho boa memória e todos os factos passados não esquecem facilmente e há sempre meio de os desvendar, quando se quiere, e sem a parcialidade com que uma certa coterie⁴⁶ no principio, tratou tão levianamente um assunto de tanta responsabilidade e em que as fragilidades são imensas» (*sic*).

A ação de comando do Major Salgado não era isenta de crítica. Desconhecendo-se os motivos, o soldado nº 208 José Augusto Nunes da 12.^a Companhia, apresentou queixa contra o comandante de Batalhão «sem ser nos termos regulamentares», pelo que na OS nº12 de 11 de janeiro de 1915⁴⁷, é punido com 15 dias prisão correcional.

No entanto, demonstra preocupação com os seus homens e sentido de justiça, como pode ler-se na nota de 21 de abril de 1915⁴⁸, relativamente ao pedido para que os oficiais não pagassem os artigos de fardamento que receberam por os terem perdido em Naulila, entendendo que deveria ser extensível a todos, «achando justo que não só aqueles oficiaes como todos os que estão em igualdade de circunstâncias, importância alguma por tal motivo seja descontada» (*sic*).

(3) Comandantes de Companhia

Artur Homem Ribeiro⁴⁹, comandante da 9.^a Companhia e morto em Naulila aos 40 anos de idade, nasceu em 11 de novembro de 1874, em Canas de Senhorim, distrito de Viseu.

⁴⁶ Grupo de indivíduos que num interesse pessoal não cessam de elogiar alguém ou alguma coisa (Priberam, 2013)

⁴⁷ AHM 2/2/022/003

⁴⁸ AHM 2/2/030/020

⁴⁹ ArqGEx 1262



Assentou praça em 10 de setembro de 1897, foi promovido a alferes em 1902, a tenente em 1906 e a capitão em 8 de novembro de 1913 (O Mundo, 1914). Dada a sua morte prematura, não há muita informação sobre a sua participação nas campanhas e a sua folha de matrícula praticamente não tem dados. No entanto, é possível verificar o seu estado de espírito duas semanas após a sua chegada a Moçâmedes, pelo bilhete-postal que endereça a Adelino Campos, em 16 de outubro de 1914 (Figura nº 9). Depois de uma viagem de comboio de 12 horas e dois dias de marcha, chegou ao Lubango bem e declarando que «há muito que fazer», que demonstra ter consciência da difícil missão que teriam de cumprir e da preparação que teriam de fazer.

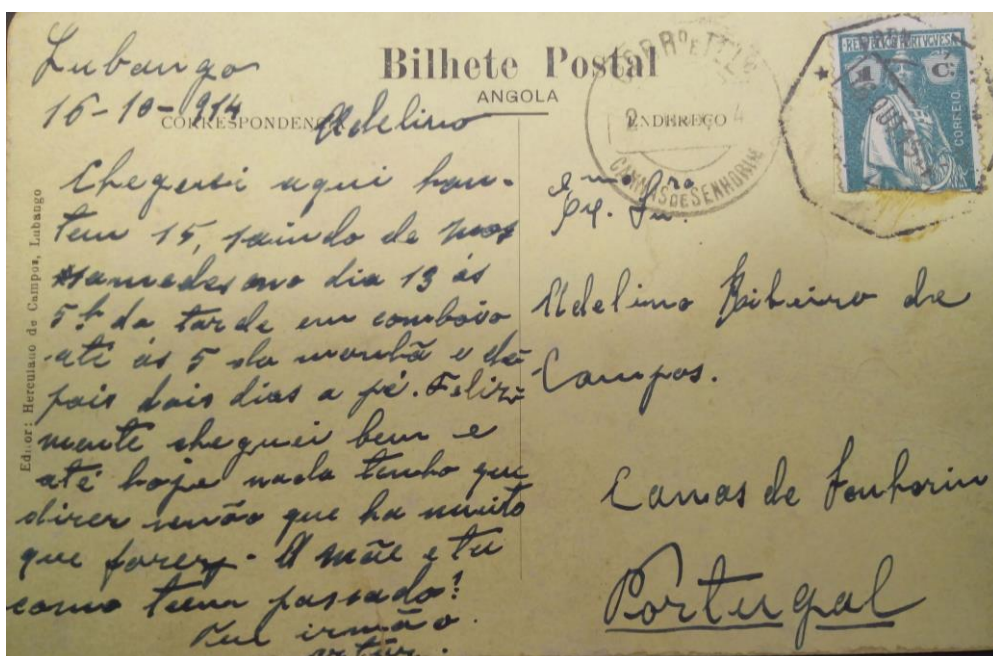


Figura nº 9 – Bilhete Postal do Capitão Homem Ribeiro datado de 16/10/1914

Fonte: (Gentilmente fornecido pelo TCor Marques da Silva)

António Lopes Mateus⁵⁰, comandante da 11.ª Companhia, nasceu na freguesia de Povolide, distrito de Viseu, a 23 de abril de 1877. Alistou-se como voluntário no RI 23 em 1897 e foi promovido a alferes, sendo aspirante do RI 14, em 25 de outubro de 1900. Promovido a tenente em 21 de março de 1904, embarcou para Angola no mês seguinte onde serviu na 13.ª Companhia Indígena, regressando ao reino em 13 de junho de 1906. Passou pelo RI 24 e, em 17 de junho de 1912, foi promovido a capitão do RI 12, marchando para o RI 14 em julho do mesmo mês, onde assumiu o comando da 11.ª Companhia do 3.º Batalhão

⁵⁰ ArqGEx 719



Expedicionário, regressando a Angola.

Em 21 de junho de 1915, deixou o Batalhão do RI 14, continuando sob o comando do Major Alberto Salgado, como comandante da 11.^a Companhia do 3.º Batalhão do RI 18, que fez parte dos destacamentos do Cuamato, do Cuanhama e N'Giva. Deixou Angola em 23 de fevereiro de 1916 mas, três meses depois, a 30 de maio, embarcou para Moçambique como Adjunto do Quartel-general da Expedição à Província. Em 29 de setembro de 1917 foi promovido a major e, passado quase um ano, a 25 de setembro de 1918, regressou à metrópole e ao RI 14, onde assumiu o comando do 2.º Batalhão que toma parte nas operações contra os monárquicos no norte do país. Em 16 de março de 1922 foi promovido a TCor e assumiu as funções de 2.º comandante do regimento e, em 30 de setembro de 1929 foi promovido a coronel, assumindo o comando do RI 14.

Depois de deixar o RI 14, o Coronel Lopes Mateus foi Ministro do Interior de 21 de janeiro de 1931 a 21 de outubro do mesmo ano, data em que foi exonerado e nomeado Ministro da Guerra, cargo que desempenhou até 5 de julho de 1932. Após estas funções foi comandante de Polícia de Segurança Pública de Lisboa até 19 de janeiro de 1935, por ter sido nomeado Governador-geral da Colónia de Angola, cargo que desempenha até passar à situação de reserva, por ter atingido o limite de idade, em 28 de fevereiro de 1938.

O Coronel Lopes Mateus foi louvado em quase todas as funções que desempenhou, logo a partir de 1901 somando cerca de 20 louvores, um deles relativo ao comando da 11.^a Companhia da Expedição Roçadas, «como capitão, incorporado com um Batalhão de Inf^ª 14, onde tem à sua guarda o nó de comunicações Cuanhama-Ediva-Achigan (...) destacou-se pelas suas qualidades de inteligência, critério, energia e muita dedicação pelo serviço»⁵¹ (*sic*).

Foi condecorado com: Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar; Medalha de prata da classe de bons serviços; Ordem de Serviços Distintos por Sua Majestade o Rei de Inglaterra; Medalha de prata comemorativa das Campanhas do Sul de Angola; Medalha de prata comemorativa das campanhas do Exército Português das operações militares na Província de Moçambique; Medalha da Vitória comemorativa inter-aliada “Africa, 1914-1918”; Medalha militar de prata da classe de bons serviços, letra C; Medalha de ouro da classe de bons serviços; Medalha comemorativa “Cuanhama 1915”; Comendador da Ordem Militar de Aviz; Medalha de ouro da classe de bons serviços, letra

⁵¹ OE n.º 13. 2ª Série, de 20 de julho de 1918



C; Medalha de ouro da classe de comportamento exemplar; Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo; Grã-Cruz da Ordem de Benemerência e Grã-Cruz da Ordem do Império Colonial.

Aristides Rafael da Cunha⁵², comandante da 12.^a Companhia, nasceu a 11 de fevereiro de 1874 em Lisboa, tendo-se alistado no Regimento Nº2 de Caçadores da Rainha, onde foi promovido a alferes, em 6 de fevereiro de 1896. Integrou o 3.º Batalhão Expedicionário oriundo do RI 5, sendo o único capitão que não servia no RI 14. Serviu em Moçambique, entre janeiro de 1904 e janeiro de 1905 e de setembro de 1906 a outubro de 1907, em Angola como comandante da 12.^a Companhia, de outubro de 1914 a maio de 1915 e novamente em Moçambique de julho de 1916 a dezembro de 1917 e de dezembro de 1922 a março de 1925. Condecorado com: Medalha de prata da classe de bons serviços, letra c; Cruz de Guerra de 1.^a Classe; Medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar; Cruz de Guerra de 3.^a Classe, onde se pode ler no louvor que a atribui «pela iniciativa e decisão, não obstante o fogo da artilheria e das metralhadoras que alvejavam as forças do seu comando, em ocorrer com estas em perfeita ordem ao local de combate onde a ação estava sendo bastante renhida, dando-se mostras evidentes de serenidade, prestígio e valor no combate, em Naulila, em 18 de dezembro de 1914».

(4) Ação dos oficiais em combate

Em 6 de janeiro de 1914, o TCor Alves Roçadas encarrega o juiz auditor junto do destacamento, Bernardo Augusto do Amaral Polónio, para proceder a investigações sobre o abandono do campo de batalha durante o Combate de Naulila. Após a investigação, a 1 de fevereiro de 1915, apresenta o seu relatório⁵³ com as principais conclusões, recomendando que «tratando-se de cobardia», os culpados deverão ser castigados de acordo com o Processo Criminal Militar. De seguida apresentam-se aspetos julgados mais relevantes sobre os militares do RI 14, constantes no relatório supracitado.

Sobre o Alferes Pissara, comandante do 3.º Pelotão da 9.^a Companhia, que ocupava o flanco esquerdo da posição defensiva de Naulila, refere que «com toda a evidência» este não cumpriu o seu dever e que precipitadamente deu a ordem de retirar «não era passado um quarto de hora do início do combate». Deu essa ordem sem que motivo houvesse para o fazer e contra indicações do seu comandante de companhia, Capitão Homem Ribeiro, que lhe ordenou «alto», enquanto ele retirava para o Forte, onde apenas parou para beber água, não

⁵² ArqGEx 1680

⁵³ AHM 2/2/025/012



tendo sido mais visto pelas praças do seu pelotão até Chicusse. Conclui que o Alferes João de Araújo Pissara «abandonou o campo de batalha, por seu livre arbítrio, durante a primeira hora do combate [...] dirigindo-se para Humbe com toda a velocidade sem que a tal fosse compelido pelas condições da luta».

Relativamente ao Alferes Costa, comandante de pelotão da 12.^a Companhia, que passou o rio pelas 8h não tomando parte no «último retorno ofensivo» considera que se «abrigava demasiado durante o combate» e que se separou da sua companhia e dos homens do seu pelotão. O Alferes declarou «que se viu só» e que se deslocou ao longo do rio para obter informações sobre uma força de cavalaria inimiga que observou a 200 metros. No vau, encontrou muitas praças a atravessar o rio que o informaram que «tudo ia já para Dongoena». No entanto, confessou que passou o rio ouvindo fogo por mais de 15 minutos e que ao encontrar o Alferes Moreira, um dos oficiais médicos do Batalhão, «não lhe pediu informação, deixando-o à sua retaguarda». Conclui o juiz auditor que o Alferes Armando Augusto da Costa «abandonou o campo de batalha, por seu livre arbítrio antes de terminada e sem que fosse compelido por quaisquer circunstâncias, que a justifiquem».

Vários graduados⁵⁴ do pelotão do Alferes Pissara não o acompanharam quando este retirou, apenas abandonaram o combate após a morte do Capitão Homem Ribeiro e incêndio do Forte. Declararam terem retirado antes do combate ter terminado depois do Tenente Marques ter dito «salve-se quem puder», passando todos o rio antes do combate ter terminado. Outros militares, nomeadamente da 12.^a Companhia referiram que retiraram depois de ouvirem a mesma frase proferida pelo Tenente Marques.

Com base no relatório do juiz auditor Bernardo Polónio, o TCor Alves Roçadas envia um telegrama⁵⁵ ao Ministro das Colónias, em 12 de fevereiro, dando conhecimento do mesmo em traços gerais e pedindo orientações. Apesar de reconhecer que algumas forças se deixaram apoderar «de um vergonhoso desfalecimento de alguns poucos felizmente oficiais, graduados, e fracções inteiras», entende que ao proceder ao auto de corpo de delito e reunir o conselho de guerra, «prestaria um mau serviço às nossas instituições militares no momento presente». O Ministro das Colónias num telegrama de 19 de fevereiro concorda com a «orientação que adoptar».

⁵⁴ 2os Sargentos Filipe Pinto de Fonseca e Sebastião José dos Santos; 1os Cabos Joaquim António Gago, Arnaldo António Martins, Abílio Maria Marçal d'Almeida e António Lopes Sobral e 2os Cabos Evaristo dos Santos e António Joaquim Morais

⁵⁵ AHM 2/2/043/002



Sobre o comandante da 9.^a Companhia, cujas circunstâncias exatas da sua morte não foram mencionadas no relatório supracitado, pode ler-se nas notas do Tenente Eduardo Shirley⁵⁶, ajudante do TCor Alves Roçadas, «O Capitão Homem Ribeiro, que com heroísmo encorajava os homens da sua companhia, caiu morto». O Tenente Ernesto dos Santos relata a sua ação do seguinte modo, «O comandante de Companhia, Capitão Homem Ribeiro, de binóculo em punho, diligente, de um lado para o outro, procura regular o tiro, animando, encorajando, valente e intemerato... Foi o primeiro a cair morto no sacrossanto dever de defender a Pátria» (1957, p. 68).

No anexo XIX do relatório referido anteriormente apresenta-se a *Relação dos oficiais e praças que, sob as ordens do Comandante da Coluna, e ao ter de se iniciar a retirada do campo de Combate de NAULILA, atravessaram o Rio CUNENE no vau CHIQUENDA, para a margem direita, às 9 horas e 5 minutos de 18 de Dezembro de 1914*, onde constam os oficiais da 12.^a Companhia do RI 14 que participaram nos contra-ataques às forças inimigas, nomeadamente o Capitão Aristides Rafael da Cunha, Capitão José Cabral⁵⁷ e Alferes Reinaldo Vale de Andrade. No final do mesmo anexo, ainda constam algumas notas sobre o RI 14. O destacamento comandado pelo Major Alberto Salgado, que se encontrava em Calueque, «conservou-se nas suas respetivas posições até receber ordem de retirar». O Tenente Marques da 9.^a Companhia «ficou aprisionado com parte do seu pelotão». O Tenente Amadeu Figueiredo⁵⁸ combateu com o seu pelotão «também fora das linhas de Naulila, em vau Cavelo, e dali retirou depois da ação». (Roçadas, 1919, p. 350)

O relatório de 25 de outubro de 1915 do TCor Alves Roçadas, *Pessoal que tomou parte nos combates de Naulila contra os alemães que invadiram Angola*⁵⁹, apresenta os militares do RI 14 que se destacaram nas campanhas, referindo no epílogo do seu relatório os motivos pelos quais os escolheu. Relativamente aos militares do 3.º Batalhão do RI 14, nomeadamente da 12.^a Companhia, enunciou o seguinte (1919, pp. 237-238): Capitão de Infantaria Aristides da Cunha, «pela iniciativa e coragem reveladas ao comando da sua companhia, durante o combate do dia 18»; Alferes Amadeus Gomes de Figueiredo⁶⁰, «pelas disposições acertadas que tomou na defesa dos vaus de Cantangombe e Cabeço, quando foi atacado, na manhã do dia 18» e Alferes Reinaldo Vale de Andrade, «comandante do pelotão

⁵⁶ AHM 2/2/022/005

⁵⁷ Tenente no Combate de Naulila

⁵⁸ Alferes no Combate de Naulila

⁵⁹ AHM 2/2/021/016

⁶⁰ Da 9.^a Companhia



de apoio à bateria de artilharia no combate de dia 18, pelas suas provas de iniciativa, serenidade e coragem, com que dava um belo exemplo aos seus subordinados». Faz uma referência especial ao Tenente de Infantaria nº 14 Rodrigues Marques⁶¹, que tão «heroicamente se bateu também no combate de Naulila», após o qual foi feito prisioneiro pelos alemães.

A leitura dos testemunhos acima transcritos, que atribuem ao Tenente Marques o ónus que justifica a retirada de alguns militares, transmite a ideia de que o comandante do 2.º Pelotão da 9.ª Companhia incitou os militares a retirarem de Naulila. No entanto, o Capitão Balula Cid faz uma referência especial à sua bravura, «Não poderei deixar de mencionar a bravura do Tenente Marques que fazendo do Forte um último reduto, acompanhado por duas dezenas de soldados, consegue retardar o assalto alemão» (1951, p. 53).

O Tenente Ernesto dos Santos faz várias referências à ação do Tenente Marques, no início do combate refere «O tiroteio aumentava num crescer diabólico. O comandante de pelotão dá ordens a uma meia dúzia de homens [...] para dirigirem o seu fogo». Na altura em que o inimigo concentrava todo o fogo contra os Dragões, refere

«Foi neste instante que o Tenente Marques, comandante do meu pelotão, com uma visão clara da situação, se aproveitou para mandar carregar sobre os alemães, com o diminuto efectivo que dispunha, pouco mais do que uma secção» (*sic*). Quando da última carga dos Dragões, «mandar armar baioneta [...] e a um dado sinal, saltou-se da trincheira [...] aos gritos de - avança...avança...[...] se avançou numa corrida fulgurante [...] Passou para a história a frase do Comandante do meu pelotão: Antes morrer pelas balas do inimigo, do que pelas nossas». Quando os alemães ocuparam o posto, refere «O Comandante de pelotão ainda combatia, agarrado a uma arma. Foi o último a entrega-la [...] Depois sentei-me no chão e admirava a coragem fria e serenidade do meu Comandante de pelotão» (1957, pp. 68-74).

⁶¹ Da 9ª Companhia



No depoimento do Tenente Marques ao jornal *O Mundo*, confirma o relato em cima apresentado e é caracterizado pelo jornalista como «um beirão, desde as unhas dos pés até à ponta dos cabelos, e adivinha-se o herói inconsciente, o soldado que nunca supõe ter sido além do seu dever» (O Mundo, 1915).

f. Pessoal

O 3.º Batalhão expedicionário que embarcou 11 de setembro no vapor *Moçambique* para Moçâmedes⁶², era composto por 21 oficiais (um major, quatro capitães e 16 subalternos (um adjunto, 12 comandantes de pelotão, dois do serviço de saúde e um de administração militar⁶³)), 32 sargentos, 55 primeiros-cabos, 912 segundos cabos e soldados, 17 clarins ou corneteiros e dois artífices, num total de 1 039 homens (Roçadas, 1919, p. 243).

O relatório de 25 de outubro de 1915 do TCor Alves, do qual já apresentou o conteúdo relativamente aos oficiais, enunciou o seguinte (1919, pp. 237-238):

12.ª Companhia:

2.º Sargento José de Albuquerque, 1.º Cabo nº 275 Abel da Silva Rebelo, Soldado nº 160 Jeremias Lopes Correia e Soldado nº 353 António Vieira, «porque apesar de feridos, nunca quiseram abandonar as fileiras, tomando parte no último contra-ataque das nossas forças contra o inimigo».

2.º Sargento Fernando de Oliveira Leite e 2.º Sargento Tiofilo António Garcia, pelo «valioso auxílio que prestaram sempre ao seu comandante de pelotão».

1.º Cabos nº: 312 e 313 e Soldados nº: 340; 165; 167; 173; 333; 348; 331; 327 e 341, «pela valentia que sempre revelaram durante as fases do combate».

9.ª Companhia:

2.º Pelotão: 1.º Cabo nº 321 António Pereira Afonso, 1.º Cabo nº 202 João Alves Nunes, que na falta de sargentos comandaram as suas secções com a «máxima valentia e sangue frio, observando e fazendo observar as indicações do comandante de pelotão, animando constantemente os seus soldados, revelando-se assim uns excelentes auxiliares». O 2.º Cabo nº 324 Leonardo Caetano de Oliveira e Silva porque, «estando já ferido numa perna, se arrastou para a linha de fogo, continuando a cumprir o seu dever até que recebeu outro ferimento que o impossibilitou». O segundo corneteiro nº199 José Nunes de Carvalho

⁶² AHM 2/2/021/18

⁶³ OE nº 19. 1ª Série, de 21 de agosto de 1914



que, «tendo sido encarregado de tirar munições dos mortos e feridos e distribuí-las pelos válidos, embora ligeiramente ferido, continuou no desempenho desse serviço».

3.º Pelotão: Soldados nº: 380; 313; 294; 373; 516; 227; 404; 421 e 308 porque quando retiravam da frente de combate, «ao passarem junto do 2º pelotão a ele se incorporaram voluntariamente, tomando parte no combate ao lado dos seus camaradas».

Na Ordem à Força Armada de janeiro de 1915⁶⁴, que publica a relação das praças mortas no Combate de Naulila, onde se podem encontrar nomes de 33 praças do Batalhão do RI 14 das 9.ª e 12.ª Companhias, respetivamente 20 e 13.

Na OS nº 5 de 1 de janeiro de 1915⁶⁵, é dada a ordem para evacuar indisponíveis e dá conhecimento do resultado da junta de saúde de 30 de dezembro de 1914. São evacuados para o hospital de Chibia nove soldados feridos do 3.º Batalhão do RI 14 (três da 9.ª Companhia e seis da 12.ª Companhia) e cinco soldados doentes (quatro da 10.ª Companhia e um da 12.ª Companhia). Resultante da junta: são enviados para o Lubango para tratamento, o Capitão José da Fonseca Lebre da 10.ª Companhia, o Tenente médico Maldonado, o Tenente José Cabral e o soldado nº 237 da 12.ª Companhia e regressam à Metrópole o 2.º sargento nº 388 da 12.ª Companhia, o 1.º cabo nº 287 da 10.ª Companhia e 5 soldados (quatro da 9.ª Companhia e um da 12.ª).

O estado de saúde do pessoal era crítico e o número de indisponíveis aumentava diariamente. Tomando como referência os Mapas da Força do Batalhão⁶⁶, do mês de fevereiro de 1915, contando apenas com as Companhias que se encontravam em Gambos (9.ª e 12.ª), comparando entre o dia 01 ao 26 desse mês, constata-se que dos oito oficiais combatentes, cinco estão disponíveis e das 340 praças, apenas 311 estão operacionais.

Na exposição do TCor Alves Roçadas⁶⁷ para o General Pereira D'Eça sobre as tropas do seu comando, de 26 de março de 1915, refere que as baixas são «assustadoras» porque os homens não têm a robustez e saúde necessárias e «grande parte mesmo com defeitos que os inibe de ser soldados». Relata, também, que durante as revistas médicas passadas ainda a bordo, antes do desembarque em Moçâmedes, 200 praças do Batalhão do RI 14, deveriam ter sido dadas como incapazes.

⁶⁴ AHM 2/2/024/002

⁶⁵ AHM 2/2/022/003

⁶⁶ AHM 2/2/025/003

⁶⁷ AHM 2/2/028/004



Os casos de praças doentes ia aumentando devido «à relutância que as mesmas têm em tomar o quinino preventivo», de modo que na OS nº 31 de 30 de março de 15⁶⁸, é determinado aos comandantes que tomem as diligências necessárias para que «as praças recebam e tomem diariamente aquelle medicamento» (*sic*).

Após a junta médica que examinou as praças de Infantaria 14, é enviado, em 7 de junho de 1915, ao Chefe de EM de Moçâmedes as conclusões do relatório ⁶⁹, referindo que «das seiscentas e vinte oito praças examinadas, quatrocentas e trinta e três foram julgadas incapazes e as restantes aptas para serviço moderado. Estas últimas [...] estão contudo predispostas a serem atacadas de acessos de impaludismo em virtude de, na sua maioria, estarem já impaludadas». Por esse motivo, considera-se que mesmo as praças aptas para o serviço deveriam estar «em lugar muito salubre e onde possam ser facilmente socorridas».

O Capitão Vasconcelos, Chefe do Serviço de Saúde, termina a nota propondo ao General Comandante que todas as praças do RI 14 fossem repatriadas, mesmo as que foram julgadas capazes para o serviço moderado, justificando essa proposta «por me parecer que d'elas pouco mais teremos a esperar do que o consumo de géneros sem compensação produtiva apreciável e a sobrecarga futura e prejudicial dos estabelecimentos hospitalares» (*sic*).

Além das doenças, os militares também sofriam com falta de água como é patente na documentação oficial, como as instruções para «operações ativas» de 13 de junho de 1915⁷⁰, onde se pode ler «sabendo-se da grande falta de água que existe na região [...] os Srs. Comandantes das unidades devem usar da sua iniciativa na adopção de meios que permitam o transporte de água».

g. Infraestruturas

Os acampamentos eram, sempre que possível, instalados em zonas urbanizadas, onde se poderiam alugar barracões para alojar as tropas. Quando tal não acontecia ou não eram suficientes, os serviços e pessoal eram alojados em tendas e os animais e armazéns eram instalados em barracões de palha, que muitas vezes se incendiavam. Eram organizados por

⁶⁸ AHM 2/2/022/003

⁶⁹ AHM 2/2/033/065

⁷⁰ AHM 2/2/035/026



subunidades, com zonas separadas para oficiais e com uma parte central destinada ao comando, secretárias e outras dependências de cariz administrativo (Arrifes, 2004, p. 186).

Exemplo da precaridade das instalações onde os expedicionários viviam é dado por um oficial que, num relato do combate de Naulila, descreve o seu forte, que era uma instalação permanente e que seria mais confortável do que os acampamentos,

«Forte! Quem chama aquilo um forte: meia dúzia de barracões feitos em capim (palha) e cercados de arame farpado [...] logo às primeiras granadas, como era todo capim, arde imediatamente, formando um enormíssimo braseiro, onde chamas duma altura imensa devoram os nossos víveres, as nossas roupas, as nossas bagagens, enfim, tudo o que era nosso e do estado» (Varão, 1934, p. 73).

O comandante da 2.^a Bateria de Metralhadoras e comandante do Destacamento de Naulila, refere no seu relatório⁷¹ que apenas emprega a palavra «forte» porque é de uso comum porque este não tinha «qualquer obra de defesa que tal nome merecesse» e que consistia apenas de «uns barracões e varias construções tudo em capim, e como obras de fortificação, apenas pequenas trincheiras sem parapeito, nas faces leste e sul, tudo cercado por farpado com abatisses na face leste».

Após o combate de Naulila e ocupação da posição em Gambos, o Batalhão continuou alojado em tendas, sendo as instalações fixas reservadas apenas para arrecadações, como é exemplo a ordem, constante na OS nº 12 de 11 de janeiro de 1915⁷², ao comandante do 3.^o Batalhão para construção de um barracão «de pau e pique, coberto de folhas de zinco [...] destinado à guarda de géneros».

Os animais selvagens que por vezes atacavam os mais incautos, os ratos do mato que se alimentavam de cadáveres e espalhavam doenças e a quantidade de insetos que grassava devido às deficientes condições higiénicas, não deveriam tornar agradável a estadia nestas instalações (Arrifes, 2004, p. 186).

⁷¹ AHM 2/2/021/012

⁷² AHM 2/2/022/003



Conclusões

O RI 14 foi criado em Tavira em 1806, ano em que todos os regimentos são numerados, devido à reorganização do Exército. Até 1914, data de projeção para Angola, o RI 14 foi chamado a intervir por diversas vezes, dentro e fora do território nacional, e continua a fazê-lo até à atualidade. É dos regimentos do Exército Português com história mais relevante, devido à sua conduta própria e enquanto herdeiro das tradições dos *Infantes das Beiras*, fruto das consecutivas reorganizações que extinguiram todos os regimentos desta região. Até à I GM destacou-se na Guerra Peninsular, tendo combatido desde os primeiros empenhamentos até 1813, quando se expulsou o Exército Napoleónico da Península Ibérica e participou nas guerras civis que assolaram Portugal no século XIX, inicialmente por D. Miguel e depois por D. Maria II.

O Batalhão foi constituído em Viseu num período muito curto, em menos de duas semanas estava totalmente organizado e, pouco depois, a 11 de setembro de 1914, embarcou com destino a Angola. Após a chegada a Moçâmedes, em 1 de outubro, deslocou-se para o Planalto de Huila para preparação da *Força em Operações no Sul de Angola*, que foi logo marcada pelo incidente de Naulila de 18 de outubro e os subsequentes ataques aos Postos Militares na Região de Cuanagar. Estes acontecimentos precipitam a marcha do Batalhão para Sul, que foi bastante difícil devido à distância, clima e falta de água que se faziam sentir.

Nas vésperas do Combate de Naulila, as Companhias do Batalhão dividiam-se por três locais, a 11.^a participava numa missão de vigilância na região de Ediva, a 9.^a e 12.^a estavam em Naulila e a 10.^a estava com o comando do Batalhão na região de Calueque. Em 18 de dezembro, o ataque alemão iniciou-se, às 5h00, incidindo sobre o flanco esquerdo da posição, onde estava o 3.º Pelotão da 9.^a Companhia. Naulila não dispunha de organização do terreno que permitisse uma defesa eficaz e as forças portuguesas, com atos de bravura e cobardia, foram incapazes de aguentar as suas posições, tendo os alemães tomado o Forte, do qual resultaram vários mortos, feridos e prisioneiros do Batalhão do RI 14.

Depois de Naulila, o Batalhão deslocou-se para os Gambos, onde ficou até maio de 1915, tendo sido um período duro, devido à seca que massacrava o Sul de Angola e à falta de equipamento, fardamento e reabastecimento. Marchou para Chibia, onde o Major Alberto Salgado deixou o comando do Batalhão, deslocou-se para Lubango e por fim Moçâmedes, onde começou a embarcar para a metrópole no princípio de agosto.



Dos dados recolhidos pode concluir-se que os Corpos Expedicionários não possuíam doutrina específica, atual e adequada à tipologia de missões a executar e inimigo e terreno a defrontar, nomeadamente no teatro de operações de Angola.

A ausência doutrinária tem implicações nas outras dimensões em análise, como por exemplo: a Organização, de acordo com o emprego doutrinário das forças, estas assim se organizam para combater; o Treino, se não houver doutrina de emprego de forças enquadrantes, não é possível definir quais as técnicas, táticas e procedimento a treinar; Material, a doutrina é condicionada pelo material existente mas também define o emprego dos meios, de acordo com as características dos mesmos.

O Batalhão encontrava-se estruturado em quatro companhias e não dispunha de apoio de combate orgânico, o mesmo sucedendo com as companhias. O apoio de combate era garantido pelos grupos de metralhadoras e por baterias de artilharia, que dependiam diretamente do comandante das forças em operações e reforçavam os destacamentos, no que se poderia designar atualmente de força-tarefa.

Da análise da campanha, constata-se que esta organização era a normal na época e que durante a expedição se formaram destacamentos, comandados pelo oficial mais antigo, quase sempre o Major Alberto Salgado tinha essa função, reforçados por baterias de metralhadoras e secções de artilharia. Concluímos, assim, que a organização não teve influência negativa direta nos empenhamentos táticos e desfecho da campanha.

Pouco mais de uma semana após a constituição do Batalhão, o mesmo estava a partir com destino a Angola. No período passado a bordo, a instrução não poderia incluir aspetos do treino de técnicas, táticas e procedimentos de preparação para os combates. No Planalto de Huila, as unidades só estiveram uma semana, antes de iniciarem a marcha para Sul. Ou seja, o Batalhão só teve oportunidade para treinar uma semana em Viseu e uma semana no Planalto de Huila, antes de se constituir a *Força em Operações no Sul de Angola*. Se o Batalhão fosse composto por militares do mesmo regimento, onde as companhias estivessem rotinadas a treinar em conjunto e os oficiais conhecessem os seus homens, este pouco tempo de treino poderia ter sido maximizado. Assim, com militares de 25 regimentos diferentes a integrarem a unidade, esta carecia de muita integração, treino e preparação coletiva.

A título de exemplo e com as devidas reservas, não querendo comparar diretamente duas realidades diferentes espaçadas de um século, os aprontamentos típicos do Exército Português da atualidade para os Batalhões, constituídos como Forças Nacionais Destacadas,



tem a duração de seis meses. Deste tempo, sensivelmente metade é dedicado ao treino convencional, desde treino de combate individual até ao treino coletivo de escalão batalhão. A outra metade é dedicada ao treino orientado para a missão, durante a qual se prepara a força especificamente para o teatro de operações, nomeadamente para a tipologia de operações a desempenhar, terreno e ameaça a enfrentar. O 3.º Batalhão teve, na melhor das hipóteses, meio mês de treino, em vez deste meio ano.

Conclui-se que o Batalhão praticamente não se preparou para a missão, em termos do treino das técnicas, táticas e procedimentos para fazer face ao terreno, inimigo e condições meteorológicas que iriam encontrar no Sul de Angola. Como consequência, havia falta de entrosamento dos militares do Batalhão, resultando uma grande heterogeneidade e um desconhecimento das praças por parte dos oficiais, que se terá tornado evidente no fraco desempenho em combate, como aconteceu em Naulila. No entanto, mesmo com este treino deficiente, o fraco desempenho em combate não foi generalizado.

Da pesquisa realizada não se pode inferir que, na chegada a Angola, existissem limitações de material. No entanto, o TCor Alves Roçadas faz referência a isso, numa fase posterior, quando dos reforços das expedições e ao material das unidades de artilharia e cavalaria. Assim, deduz-se que, com exceção do fardamento que, de uma forma geral e não especificamente para o Batalhão, não se adequava ao clima e terreno onde operavam os militares, não haveria problemas de maior a apontar.

Contudo, após o combate de Naulila, devido ao rebentamento das arrecadações neste forte, extravio de material na retirada e perda de alguns dos carros que transportavam o material coletivo das unidades, como aconteceu com o carro que transportava as malas dos oficiais do Batalhão, as faltas de material são evidentes, nomeadamente de armamento e fardamento.

O mês de janeiro de 1915 foi marcado por repetidas tentativas de repor o armamento individual e de dotar os militares de fardamento. No entanto, consta-se que em março, ainda não havia espingardas para devolver aos civis que tinham entregado as suas numa tentativa de suprir as faltas. Em abril do mesmo ano, o Batalhão não tem à sua carga qualquer artigo de fardamento, além dos que foram distribuídos aos seus militares, que na maioria se encontravam em mau estado e algumas forças até sem calçado.

Dos autos de abate de material das companhias, pode verificar-se que houve elevadas perdas de material, especialmente nas que foram empenhadas no combate de Naulila (9.^a e 12.^a), mas também na retirada do mesmo para Norte (10.^a), tal não se verificando na 11.^a



Companhia, que se encontrava na região de Ediva.

Conclui-se que inicialmente não se verificavam limitações de materiais condicionantes para a atividade do Batalhão mas, a partir de finais de dezembro de 1914, toda a ação foi grandemente influenciada pelas grandes dificuldades de material, nomeadamente falta de armamento e fardamento e equipamento individual.

O Batalhão era composto por 21 oficiais que, na sua maioria, tiveram uma conduta irrepreensível durante as campanhas e que apresentaram carreiras brilhantes, desempenhando até funções ao mais alto nível do estado, como o Coronel Lopes Mateus, comandante da 11.^a Companhia, que foi Ministro e Governador-geral de Angola.

A liderança de topo do Batalhão, o «enérgico comandante, major Salgado, oficial dos mais experimentados nas campanhas coloniais», como foi caracterizado pelo TCor Alves Roçadas, era um veterano de Moçambique e Angola, que demonstrou ser um comandante rigoroso mas justo. Revelou ser um homem de ação que, mesmo depois da dura missão do Batalhão do RI 14, continuou no teatro como comandante do Batalhão do RI 18. Depois destas campanhas, regressou a operações em África mas, em Moçambique, passou por várias unidades, tendo terminado a sua carreira como comandante do RI 32. O seu registo disciplinar, nomeadamente os louvores e condecorações que foram impostas, atestam a grande qualidade deste oficial, agraciado por duas vezes com a mais alta condecoração nacional, a Ordem Militar de Torre e Espada de valor, lealdade e mérito. A propósito do ataque a Naulila, o TCor Alves Roçadas refere que o destacamento comandado pelo Major Alberto Salgado, que se encontrava em Calueque, «conservou-se nas suas respetivas posições até receber ordem de retirar».

O Capitão Artur Homem Ribeiro, comandante da 9.^a Companhia, cuja vida foi ceifada em Naulila, aos 40 anos de idade, demonstrou heroísmo e diligência no modo como comandou a 9.^a Companhia no combate de Naulila. Os outros comandantes de companhia que foram analisados, nomeadamente o Capitão António Lopes Mateus, da 11.^a Companhia e o Capitão Aristides Rafael da Cunha, comandante da 12.^a Companhia, já tinham experiência em campanhas em África, em Angola e Moçambique, respetivamente.

O Capitão Lopes Mateus, que não foi empenhado no combate de Naulila, não embarcou de regresso à metrópole com os restantes camarada do RI 14 e assumiu o comando de uma nova companhia, sob o comando do Major Salgado. Apenas três meses depois de regressar de Angola embarcou para Moçambique, revelando o espírito de sacrifício e abnegação deste oficial. Terminou a sua carreira militar como comandante do RI 14,



assumindo de seguida as funções como ministro, comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa e Governador-geral da Colónia de Angola. A sua competência pode ser atestada pelos mais de 20 louvores e inúmeras condecorações que recebeu, de que se destacam a de Comendador da Ordem Militar de Aviz e Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

O Capitão Aristides Rafael da Cunha, o único capitão que não servia no RI 14, deu provas do seu valor nestas campanhas e em Moçambique, tendo sido condecorado com as Cruzes de Guerra de 1.^a e 3.^a Classes. Participou nos contra-ataques às forças alemãs que atacaram Naulila, sendo referido no relatório do TCor Alves Roçadas «pela iniciativa e coragem reveladas ao comando da sua companhia, durante o combate do dia 18».

Relativamente aos comandantes de pelotão, e em termos gerais, as suas prestações no combate de Naulila, não são dignas de lustre para a ação e não honram totalmente a memória dos militares do RI 14, apesar de não serem generalizadas e apenas corresponderem a um terço dos subalternos envolvidos no combate.

Os Alferes Pissara, comandante do 3.^o Pelotão da 9.^a Companhia, e Costa, comandante de Pelotão da 12.^a Companhia, durante o combate de Naulila, abandonaram o campo de batalha, por seu livre arbítrio antes do combate ter terminado e sem que fossem compelidos por quaisquer circunstâncias que o justificassem.

No entanto, os outros quatro comandantes de pelotão que estiveram presentes no combate tiveram uma conduta isenta de mácula, sendo inclusivamente referenciados no relatório do TCor Alves Roçadas. O Tenente Cabral, comandante de pelotão da 12.^a Companhia, é o único que não mereceu referência personalizada, dizendo-se apenas que, juntamente com outros oficiais e praças sob as ordens do Comandante da Coluna, e ao ter de se iniciar a retirada do campo de combate de Naulila, atravessou o rio Cunene no vau Chiquenda, para a margem direita.

O Alferes Amadeus Gomes de Figueiredo comandante de pelotão da 9.^a Companhia, foi referenciado pelas disposições acertadas que tomou na defesa dos vaus de Cantangombe e Cabeço, quando foi atacado, na manhã do dia 18. O Alferes Reinaldo Vale de Andrade, comandante de pelotão da 12.^a Companhia que apoiava a bateria de artilharia, foi apreciado pelas suas provas de iniciativa, serenidade e coragem, com que dava um belo exemplo aos seus subordinados. Uma referência especial ao Tenente Marques, comandante de pelotão da 9.^a Companhia, que tão heroicamente se bateu também no combate de Naulila, após o qual foi feito prisioneiro pelos alemães.



Conclui-se que as lideranças superiores do Batalhão, nomeadamente o comandante de Batalhão e comandantes de companhia, eram oficiais veteranos das campanhas africanas em Angola, Moçambique ou ambas, com folhas de serviço que demonstram que eram militares de elevada craveira. Os comandantes de pelotão, com apenas duas exceções, exerceram a sua ação de comando de forma eficaz e reconhecida, não tendo sido responsáveis pelos desfechos menos positivos da campanha.

O Batalhão Expedicionário era composto por 21 oficiais, 32 sargentos, 55 primeiros-cabos, 912 segundos-cabos e soldados, 17 clarins ou corneteiros e dois artífices, num total de 1 039 homens.

Apesar de ter havido relatos de praças do Batalhão que abandonaram as posições como «carneiros», muitos houve que deram provas de bravura, como referido pelo TCor Alves Roçadas no seu relatório. Sobre os militares escreveu que, apesar de feridos, nunca quiseram abandonar as fileiras, tomando parte no último contra-ataque das nossas forças contra o inimigo; outros, na falta de sargentos, comandaram as suas secções com valentia e sangue frio, observando e fazendo observar as indicações do comandante de pelotão. O TCor Alves Roçadas faz uma referência especial aos militares que, ao retirarem depois da ordem do Alferes Pissarra, ao passarem junto do 2.º Pelotão a ele se incorporaram voluntariamente, tomando parte no combate ao lado dos seus camaradas. Este combate resultou na morte de 34 militares e na captura de 51 militares.

O estado de saúde dos militares do Batalhão degradou-se, havendo baixas «assustadoras», revelando que os homens não tinham a robustez e saúde necessárias para serem soldados. A junta médica que examinou as praças de Infantaria 14, em junho de 1915, relatou que quase 70% das praças estavam indisponíveis e que as que estavam aptas para o serviço, já se encontravam «impaludadas», considerando que todas as praças deveriam ser repatriadas. Além das doenças, os militares também sofriam com falta de água como é amplamente referido na documentação oficial.

Não preparados para operar na dureza do clima africano, desanimados depois do combate de Naulila, a participação do Batalhão foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e, em especial, da seca.

Verifica-se que, na quase totalidade do período passado em Angola, as forças estiveram alojadas em tendas, com poucas condições de higiene, que potenciavam a proliferação de insetos, justificando o estado de saúde deplorável do Batalhão no período final da missão, apresentado anteriormente.



Os fortes não apresentavam características que justificassem esse nome, o terreno circundante encontrava-se deficientemente organizado, com trincheiras sem parapeito e que não garantia uma defesa em perímetro efetiva. O seu interior tinha construções em capim, altamente inflamável, como demonstrado no combate de Naulila, que não garantia a proteção necessária aos equipamentos e prejudicando a sua defesa logo do anterior.

Conclui-se que as condições de vida dos militares eram precárias e prejudicavam o grau de prontidão e proficiência das unidades para o combate. A parca organização do terreno, materializada na forma como os fortes se encontravam preparados para a sua defesa, teve grandes implicações para o desenrolar da campanha, como o combate de Naulila pode atestar.

Desta forma consideramos que foi respondida à problemática a que nos propusemos no início da investigação: Como é que foi influenciada a participação do Batalhão e qual o seu contributo para o desfecho da campanha?

A hipótese formulada foi verificada quase na totalidade. Conclui-se que a falta de preparação para o terreno e para o inimigo e as condições ambientais às quais os militares do Batalhão não estavam habituados influenciaram a ação do Batalhão, bem como a liderança eficaz da maioria dos seus oficiais. Relativamente ao seu contributo para o desfecho da campanha, conclui-se que até final de 1914, a ação do Batalhão contribuiu significativamente para a mesma. No entanto, em 1915, com a chegada dos vários reforços à expedição e com a contínua degradação do estado de saúde dos seus militares, o seu contributo não foi tão significativo.

A participação do Batalhão do RI 14 nas Campanhas do Sul de Angola foi marcada por pesadas baixas e grandes dificuldades, fruto dos combates e da dureza do clima africano, em especial da seca e doenças que assolam esta parte do mundo, bem como da falta de treino e material. Apesar destas circunstâncias adversas, a maioria dos *Viriatos* deu provas de valor e heroísmo, tendo regressado à metrópole de «cabeça erguida» e contribuindo de forma indelével para integridade territorial da nação, que manteve a sua colónia por mais 60 anos, até 1975. Sobre estas campanhas, o Major António Fernandes Varão, capitão-mor do Cuamato, refere «a História alicerçará a glória de Portugal, gritando aos quatro canto do Mundo que o extenso território colonial – que ainda hoje possuímos – é nosso, é três vezes nosso: - porque o descobrimos, porque o conquistamos e porque o regamos com o nosso sangue, defendendo-o.» (p. 9).

Mais de 200 anos após a sua criação em Tavira e 172 anos depois da sua implantação



em Viseu, o RI 14 é um dos Regimentos do Exército Português com história mais ilustre e o que está há mais tempo implantado no mesmo local, com a mesma designação. Hoje, como no passado, há 100 anos no Sul de Angola ou bem recentemente no norte do Kosovo, o RI 14 continua a ser chamado a defender a soberania e honrar os compromissos internacionais da nação. Com igual valor e abnegação, os seus soldados cumprem a missão e elevam o nome de Portugal.



Fontes arquivísticas

1. Arquivo Geral do Exército (ArqGEx) – Folhas de Matrícula

Caixa 0719 – Coronel António Lopes Mateus

Caixa 1262 – Capitão Artur Homem Ribeiro

Caixa 1680 – Coronel Aristides Rafael da Cunha

Caixa 2275 – Coronel Alberto Salgado

2. Arquivo Histórico Militar (AHM) - 2ª Divisão / 2ª Secção – Angola

Caixa 021

Nº 012 – Relatório sobre o combate de Naulila pelo Capitão José Mendes dos Reis, comandante do destacamento

Nº 018 – Movimentos de tropas

Nº 019 – Assuntos relacionados com a Campanha do Sul de Angola

Nº 022 – Material Requisitado para o Destacamento Misto

Caixa 022

Nº 002 – Informações prestadas pelo Governador-Geral de Angola ao Ministro das Colónias

Nº 003 – Ordens de Serviço do Quartel-General das Forças em Operações no Sul de Angola, entre 09/09/1914 e 27/04/1915

Nº 005 – Elementos do Adjunto do TCor Alves Roçadas (1/10/1914 a 7/6/1915)

Nº 010 – Documentos debatendo assuntos sobre pessoal, material e viaturas (dezembro de 1914 a março de 1915)



Caixa 023

Nº 002 – Instruções e Ordens de Operações das Operações no Sul de Angola (08/11/1914 e 03/03/1915)

Nº 004 – Extravio, inutilização e perda de fardamento e material de guerra do 3º Batalhão do RI 14

Caixa 024

Nº 002 – Praças mortos em Naulila

Nº 003 – Material sanitário para as campanhas em Angola

Nº 014 – Projeto de campanhas futuras do TCor Alves Roçadas

Caixa 025

Nº 003 – Mapas de Força, material e animais de fevereiro de 1915

Nº 012 – Circunstâncias em que alguns oficiais abandonaram o campo da luta durante o combate de Naulila (pelo juiz auditor junto do destacamento expedicionário ao Sul de Angola)

Caixa 028

Nº 004 – Operações no Sul de Angola – Relatório do TCor Alves Roçadas para o General Pereira D'Eça

Caixa 030

Nº 020 – Pedido do Comandante do Batalhão do RI 14 sobre fardamento

Nº 036 – Material de guerra e equipamento à carga do Batalhão do RI 14

Nº 044 – Correspondência entre o Comandante do Batalhão do RI e o escalão superior



Caixa 033

Nº 065 – Relatório de junta médica das praças do Batalhão do RI 14

Caixa 035

Nº 026 – Instruções para as forças em operações na campanha do sul de Angola (13/06/1915)

Caixa 041

Nº 011 – Narrativa do TCor Alves Roçadas sobre as operações militares

Caixa 042

Nº 015 – Ordem de Batalha, unidades e serviços que constituem as forças em operações

Nº 041 – Organização do Comando Superior das Forças em Operações em Angola: Quartel-General e Unidades de Artilharia, Cavalaria e Infantaria

Caixa 043

Nº 002 – Motivos porque não foi levantado o auto de corpo de delito dos combates de Naulila

Caixa 044

Nº 001 – Esclarecimento do Coronel Alves Roçadas sobre o seu Relatório das Operações no Sul de Angola em 1914



3. Biblioteca do Exército (BE) - Ordens do Exército

OE nº 19. 1ª Série, de 21 de agosto de 1914

OE nº 20. 2ª Série, de 22 de agosto de 1914

OE nº 22. 2ª Série, de 05 de setembro de 1914

OE nº 13. 2ª Série, de 20 de julho de 1918

Outras Fontes

Bilhete-postal do Capitão Homem Ribeiro para o Adelino Campos, datado de 16/10/1914, gentilmente fornecido pelo TCor Marques da Silva, que colaborou na homenagem à sua memória de 30 de março a 25 de abril de 2014, no concelho de Nelas.



Bibliografia

- Africana Age, 2011. *Africana Age*. [Online]
Available at: <http://exhibitions.nypl.org/africanaage/maps.html>
[Acedido em 21 julho 2014].
- Arrifes, M. F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.
- Casimiro, A., 1922. *Naulila*. Lisboa: Seara Nova, Anuário do Brasil.
- Centeno, J. T., 2008. *O Exército Português na Guerra Peninsular - Vol. 1 - Do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa*. Lisboa: Prefácio .
- Chiavenato, I., 2008. *Recursos Humanos – o Capital Humano das Organizações*. 8ª ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Cid, A. B., 1951. *O N°14 na Infantaria Portuguesa*, Viseu: Regimento de Infantaria N° 14.
- Cid, A. J. B., 1957. *Unidades de 1ª Linha de Infantaria que tiveram Quartel na Cidade de Viseu*. Lisboa: s.n.
- Correia, j. S., 1943. *Ngiva, Campanha do Sul de Angola de 1915, Seus antecedentes Naulila*. Lisboa: Gráfica Lisbonense.
- Costa, G. d., 1925. *A Guerra nas Colonias, 1914-1918*. Lisboa: Portugal - Brasil.
- Exército Português, 1994. *A História do Exército Português*. Lisboa: Estado-Maior do Exército .
- GPEx, 2013. *Gestão de Projetos do Exército*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Ilustração Portuguesa N° 448, 1914. As expedições portuguesas a África. Issue O batalhão de Infantaria 14, vindo de Vizeu para seguir na expedição a Angola, saindo da estação de Santa Apolónia em direção ao quartel de Infantaria 5, p. 375.
- Ilustração Portuguesa N° 446, 1914. Expedição a Angola. Issue Oficiais da Expedição a Angola, p. 308.
- Machado, E., 1956. *No sul de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- Martins, F., s.d. *Portugal na Grande Guerra*. s.l.:Editorial Ática.



MDN, 2011. *Diretiva Ministerial Orientadora Do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar - Despacho n.º4/MDN/2011, de 31 de janeiro*, Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Moura, R. & Dias, A., 2009. *O 14 de Infantaria*. Regimento de Infantaria Nº14 ed. Viseu: s.n.

NATO, 2006. *MC 550*. s.l.:s.n.

NP 4427, 2004. *Instituto Português da Qualidade*. [Online]
Available at: <http://www.ipq.pt/custompage.aspx?modid=35&pagid=4058>
[Acedido em 18 julho 2014].

O Mundo, 1914. Ar Empestado. *O Mundo*, 31 dezembro, p. 1.

O Mundo, 1915. Depoimento do Tenente Marques. *O Mundo*, 24 agosto.

PAD 320-01, 2008. *Publicações do Exército*, Lisboa: Estado-Maior do Exército.

PDE 4-00, 2007. *Logística*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Pélissier, R., 2003. *História das Campanhas de Angola*. Lisboa : Editorial Estampa.

Pires, N. L., 2013. *Portugal na Grande Guerra de 1914-1918*, s.l.: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

PMBOK, 2008. *A Guide to the Project Management Body of Knowledge. Fourth Edition ed. Newtown Square, Pennsylvania: Project Management Institute.. 4ª ed.* Pennsylvania: Project Management Institute.

RGIE, 2002. *Regulamento Geral da Instrução do Exército*, Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Roçadas, J. A., 1919. *Relatório sobre as Operações no Sul de Angola em 1914*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Salgado, A., 2011. *O Sul de Angola no início do Século XX - Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*. Braga: CEPCEP - Universidade Católica Portuguesa.

Santos, E. M., 1957. *Cobiça de Angola, Combate de Naulila, seus heróis e seus inimigos*. Guimarães: Livraria Cruz.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para a Infantaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.



Selvagem, C., 1994. *Portugal Militar*. 2ª reimpressão ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Teixeira, A. A., 1935. *Naulila*. s.l.:Ministério das Colónias.

Telo, A., 2013. *Portugal e a Grande Guerra: Condicionamentos Gerais*, s.l.: Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

US Army, 2005. *FM 1 - The Army*. Washington, DC: Headquarters Department of the Army.

Varão, A. F., 1934. *Investidas Alemãs ao Sul de Angola*. Lisboa: s.n.

Yukl, G., 2002. *Leadership in Organizations*. 5ª ed. New Jersey: Prentice-Hall Publishers.